



# Relatório de Gestão

EXERCÍCIO DE 2018

Município de São Pedro do Sul



# Índice

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Enquadramento .....	1
1.2. Organização Municipal .....	1
1.3. Contexto Económico .....	4
1.4. Síntese da Atividade Municipal .....	6
2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	14
2.1. Modificações Orçamentais .....	14
2.2 Execução Orçamental da Receita .....	15
2.3. Execução Orçamental da Despesa .....	23
2.4. Execução das Grandes Opções do Plano .....	32
2.5. Indicadores Orçamentais.....	38
3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	40
3.1. Análise do Balanço.....	40
3.2. Análise da Demonstração de Resultados.....	44
3.3. Indicadores Económico-Financeiros .....	48
3.4. Apuramento dos Custos por Função.....	49
3.5. Evolução da Dívida Municipal .....	51
3.6. Limites da Dívida Total .....	53
4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	55
5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	56
6. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR.....	57
6.1. Execução do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).....	57
6.2. Planos de Liquidação de Pagamentos em Atraso e Acordos de Pagamento .....	57
6.3. Declarações de Recebimentos em Atraso, Pagamentos em Atraso e Compromissos Plurianuais existentes a 31/12/2018.....	58

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Enquadramento

O Relatório de Gestão e os documentos que integram a prestação de contas referentes ao exercício de 2018 foram elaborados em cumprimento do disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. Apesar de ter sido já aprovado, pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, que irá revogar na quase totalidade o POCAL, a sua produção de efeitos foi prorrogada, por força do disposto no art. 79º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, para o dia 1 de janeiro de 2019, mantendo-se em 2018 a aplicação do referencial contabilístico anterior. Mais recentemente, de acordo com o disposto no art. 98º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, foi definido que as autarquias locais aplicam em 2019 o referencial contabilístico utilizado em 2018, assegurando ao longo do ano as diligências necessárias para a transição.

Neste documento relatam-se os principais acontecimentos que contribuíram para o desempenho orçamental e patrimonial do município e desenvolve-se uma análise às políticas prosseguidas, aos resultados obtidos e à situação económica e financeira desta autarquia, utilizando, para este efeito, os dados constantes das demonstrações financeiras e dos restantes mapas que integram os documentos de prestação de contas.

## 1.2. Organização Municipal

O Município de S. Pedro do Sul é representado por dois órgãos de matriz política, o órgão executivo e o órgão deliberativo, e ainda pela estrutura dos serviços municipais, que compreende o conjunto de unidades de cariz administrativo, técnico e operacional, responsável pela execução das atividades municipais de acordo com as suas atribuições e competências.

### **Assembleia Municipal**

A Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul é constituída por 35 membros, dos quais 21 foram eleitos diretamente como deputados municipais e 14 desempenham as funções por inerência, na qualidade de Presidentes de Junta de Freguesia.

Na sequência do último ato eleitoral, os membros do órgão deliberativo apresentam a seguinte distribuição por forças partidárias:

PS: 22

PSD: 13

**Presidente:** Vítor Manuel Coelho Barros

### **Câmara Municipal**

O órgão executivo é composto por 7 membros, o Presidente e 6 Vereadores, a quem está incumbida a responsabilidade pela definição e execução das políticas e estratégias municipais, no âmbito das competências que lhes estão legalmente atribuídas.

**Presidente:** Vítor Manuel de Almeida Figueiredo

*(Assume diretamente as competências relativas às seguintes áreas: Proteção Civil, Florestas e Desenvolvimento Rural, Relacionamento com outros Órgãos Autárquicos, Obras Municipais por Administração Direta)*

### **Vereadores:**

- Daniel David Gomes Martins

- Pedro Miguel Mouro Lourenço (Vice-Presidente)

*(Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Finanças e Património Municipal, Modernização Administrativa, Tecnologia e Inovação, Desenvolvimento Económico e Empresarial, Desporto, Termalismo, Recursos Humanos, Turismo, CIM Viseu Dão Lafões, ADDLAP e Adrimag)*

- Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho

*(Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Educação, Cultura, Ação Social, Saúde, Bibliotecas e Museus e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens)*

- José Manuel da Silva Tavares

- Francisco José de Matos

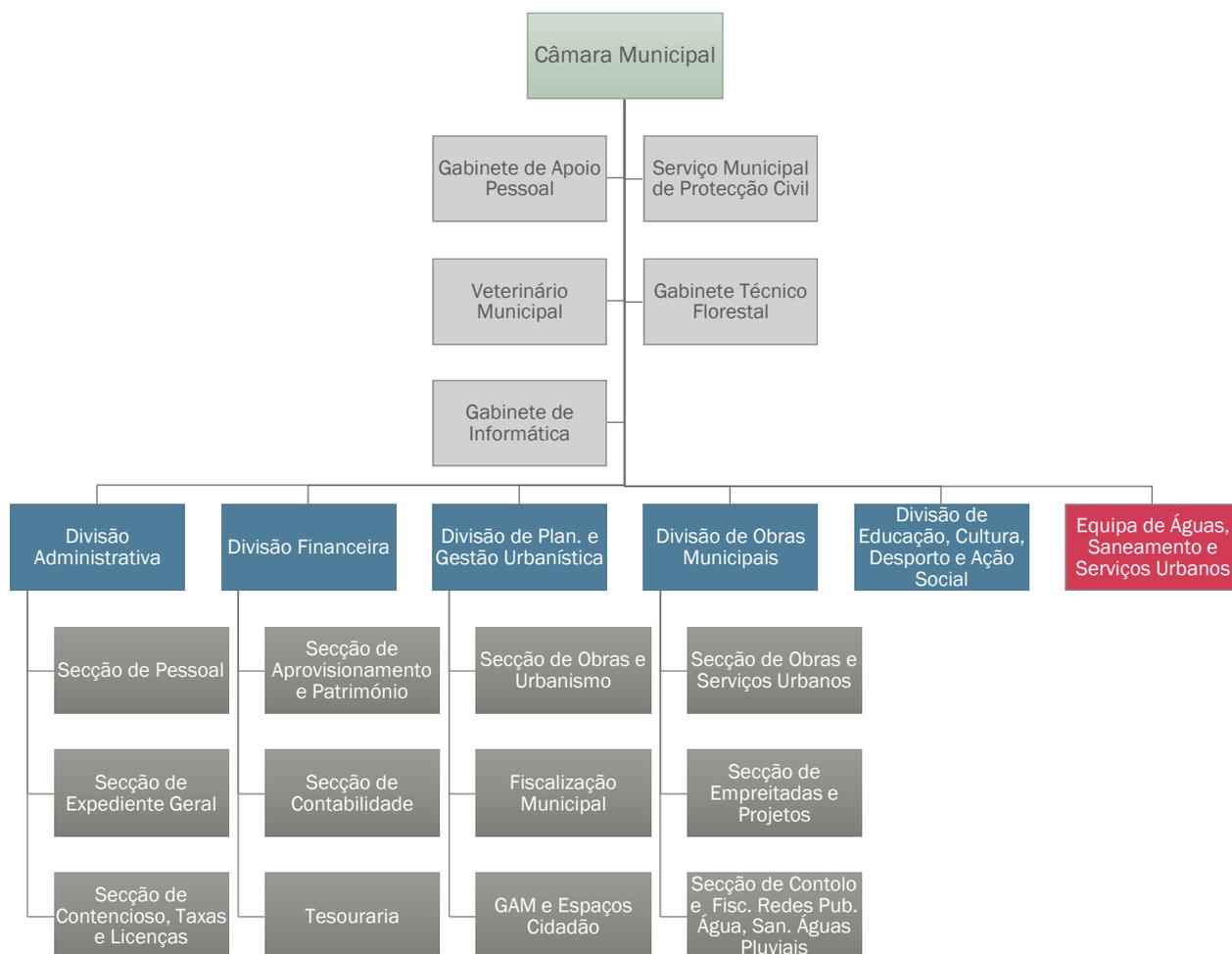
*(Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Urbanismo e Obras Particulares, Fiscalização, Trânsito e Toponímia, Ordenamento do Território e PDM-SIG, Mercados e Feiras, Taxas e Licenças, Cemitérios, Canil Municipal e Serviços Veterinários, Jardins e Espaços Públicos)*

- Nuno Filipe Miranda Henriques Almeida

(Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Águas e Saneamento, Ambiente, Salubridade e Serviços Urbanos, Juventude, Obras Municipais por Empreitada)

### Estrutura dos Serviços

No final do exercício os serviços municipais estavam organizados de acordo com uma estrutura mista, que compreendia uma estrutura matricial, composta por uma equipa multidisciplinar, e uma estrutura hierarquizada, composta por 5 unidades orgânicas flexíveis, 12 subunidades orgânicas e 5 serviços criados ao abrigo de legislação específica diretamente dependentes do Presidente da Câmara Municipal, organizados de acordo com o seguinte organograma:



Ao longo do ano de 2018 a estrutura organizacional dos serviços municipais sofreu diversas alterações, sendo de sublinhar que algumas das mudanças introduzidas apenas produziram efeitos no início de 2019, não estando espelhadas no organigrama apresentado.

### 1.3. Contexto Económico

Segundo dados recentemente publicados<sup>1</sup>, o ritmo de expansão da atividade económica mundial em 2018 foi ligeiramente inferior ao antecipado por diversos organismos. Tal refletiu um abrandamento do PIB nas economias avançadas associado a diversos fatores de natureza produtiva e, bem assim, aos riscos e incertezas próprios de cada sistema, com especial destaque para o processo de saída do Reino Unido da União Europeia. Na área do euro, o PIB cresceu 1,9% em 2018, abaixo dos 2,5% observados em 2017, sendo a desaceleração da atividade relativamente generalizada nos países que a integram. O ritmo de crescimento do comércio mundial reduziu-se também em 2018, num contexto de desaceleração da atividade industrial a nível global e de disputas comerciais significativamente agressivas, num quadro de elevada incerteza global.

Segundo as mesmas projeções, a expansão da economia mundial deverá, nos próximos anos, continuar a um ritmo mais moderado, num contexto de consolidação da trajetória e de diminuição gradual dos estímulos de política monetária e de política orçamental nas principais economias avançadas. Em sentido contrário, espera-se a recuperação da atividade nas economias emergentes mais afetadas pelos recentes episódios de turbulência financeira. De acordo com estes estudos, o PIB mundial deverá desacelerar de 3,5% em 2018 para 3,3% em 2019, mantendo-se em torno desse valor entre 2020 e 2021.

No que respeita ao comércio mundial, os dados apontam para um abrandamento mais notório do que o da atividade em 2019, num quadro de elevada incerteza geopolítica e quanto às políticas comerciais. De acordo com as projeções efetuadas, o comércio mundial deverá crescer 2,8% em 2019 (-1,6 pp que em 2018) e acelera para 3,6% até 2021. Relativamente à procura externa, após a desaceleração observada ao longo de 2018, as projeções apontam para a manutenção do ritmo de crescimento relativamente estável em 2019 e seguintes e próximo do estimado para 2018. Esta evolução está associada a alguma recuperação do crescimento do comércio europeu e a uma moderação do crescimento das importações externas a esta área. As taxas de juro deverão manter-se a níveis historicamente baixos, estimando-se que as mesmas subam num horizonte mais alargado de projeções.

---

<sup>1</sup> Banco de Portugal – Boletins Económicos de Dezembro de 2018 e de Março de 2019

Para a área do euro, estima-se uma nova redução do crescimento em 2019, para 1,1%, num quadro de deterioração dos indicadores económicos nos últimos meses em diversos países e setores, que sugere alguma persistência dos fatores desfavoráveis que afetaram o desempenho da atividade em 2018. Estimando-se uma melhoria daqueles fatores, a manutenção das condições fundamentais que sustentam a expansão da área do euro deverá traduzir-se numa recuperação do crescimento económico nos anos seguintes.

Em termos nacionais, a taxa de crescimento do PIB da economia portuguesa foi de 2,1%<sup>2</sup> em 2018, menos 0,7 pontos percentuais do que o observado no ano anterior. Este valor foi inferior às previsões efetuadas por vários organismos e pelo Governo, devido ao contributo mais negativo da procura externa líquida, já que se verificou uma desaceleração das exportações de bens e serviços mais acentuada que a das importações de bens e serviços, e do contributo positivo menos intenso da procura interna, refletindo o crescimento menos acentuado do investimento. Porém, segundo perspetivas governamentais, o crescimento expressivo do investimento ao longo dos últimos anos, a estabilização do setor financeiro, o reequilíbrio das contas externas e os progressos alcançados na consolidação estrutural das contas públicas constituem pilares sólidos para que o crescimento económico nos próximos anos se mantenha forte e permita a convergência com a média europeia.

Com o contributo de um crescimento dinâmico nos últimos períodos, a taxa de desemprego da economia portuguesa no final do último trimestre de 2018 foi de 6,7%<sup>3</sup>, beneficiando de um impulso da atividade económica com efeitos na dinâmica do mercado de trabalho e na conseqüente criação de emprego. A população desempregada diminuiu 1,0% em relação ao trimestre anterior, retomando os decréscimos trimestrais observados desde o segundo trimestre de 2016 e interrompidos no trimestre anterior. A evolução do emprego nacional deverá adotar uma trajetória mais próxima da evolução da atividade, o que permitirá a continuação de uma trajetória descendente da taxa de desemprego, embora mais moderada. Apesar dos constrangimentos provocados pela evolução da demografia para a economia portuguesa, que contribuem para a desaceleração referida, o emprego continua a ser determinante para o crescimento do PIB, beneficiando da dinâmica dos fatores relacionados, designadamente, o capital físico e humano e a produtividade.

No ano de 2018, a inflação situou-se em 1% (variação média anual do índice de preços no consumidor), tendo sido influenciada pelo comportamento da inflação subjacente e pela evolução negativa dos preços dos produtos alimentares não transformados, já que o aumento dos preços dos produtos energéticos não foi suficiente para evitar a diminuição da taxa de variação média do índice de preços no consumidor. Para os próximos anos, a inflação deverá manter-se em níveis relativamente baixos registando-se algumas pressões originadas essencialmente pelos custos salariais, já que os

---

<sup>2</sup> Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)

<sup>3</sup> Dados também divulgados pelo INE

bens energéticos deverão evidenciar um crescimento reduzido, de acordo com as projeções conhecidas.

Numa perspetiva de médio prazo, segundo o Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá continuar a crescer, enquadrada por uma envolvente económica e financeira globalmente favorável. Todavia, o ritmo de crescimento deverá ser inferior ao registado nos últimos anos, facto que é comum a outras economias, nomeadamente na área do euro. Um dos principais fatores que contribui para esta evolução é a desaceleração do comércio mundial, existindo o risco de esta tendência se acentuar. Para além deste, na economia nacional persistem ainda constrangimentos específicos ao crescimento no médio e longo prazo associados aos desafios demográficos, tecnológicos, institucionais e elevados níveis de endividamento que influenciam determinadamente o potencial de crescimento da economia portuguesa, revelando-se essencial a criação de condições que promovam o aumento da produtividade, através de uma melhor afetação de recursos, do bom funcionamento dos mercados do produto e de trabalho e da aposta no capital humano e na inovação.

No caso mais particular da administração autárquica, os riscos existentes e as medidas adotadas no sentido de promover a manutenção do crescimento económico poderão influenciar de forma concreta e determinante o desenvolvimento de políticas de âmbito local, face à influência e importância que os instrumentos, especialmente financeiros, geridos por organismos do governo assumem na execução de projetos de proximidade e na afetação de recursos às necessidades mais evidentes das famílias e das pequenas e médias empresas. O caminho a prosseguir na política local terá necessariamente que ter em vista o equilíbrio entre o contributo para o cumprimento das medidas de consolidação orçamental e de redução dos níveis de endividamento, e a manutenção de níveis de investimento público que assegurem a oferta dos serviços necessários às populações cada vez mais exigentes e que contribuam também para a prosperidade dos agentes económicos.

## 1.4. Síntese da Atividade Municipal

Ao longo do ano de 2018, a política municipal norteou-se por objetivos claros, bem definidos e em linha com a estratégia definida desde a início de funções do órgão executivo municipal. Apesar do ambiente económico restritivo que tem caracterizado a gestão pública nos últimos anos e que tem exigido um esforço acrescido para que estejam garantidos os níveis de investimento necessários em face da escassez de recursos financeiros disponíveis, a atividade municipal centrou-se na execução de programas e projetos estruturados com visam uma objetiva melhoria da oferta de bens e serviços públicos e a conseqüente melhoria das condições de vida da população, tentando manter a visão integrada de futuro do concelho, que tem servido de guia na definição da atuação dos últimos tempos.

A prestação de serviços de qualidade e a obtenção de soluções para a deficiente cobertura de diversas infraestruturas públicas têm marcado a atuação municipal, centrada em reunir os recursos

necessários para que, quer ao nível dos investimentos, quer ao nível do funcionamento corrente dos serviços, esteja garantido o funcionamento pleno dos equipamentos coletivos e dos serviços básicos relativos à abrangente matriz de competências das autarquias, com o nível de qualidade compatível com o grau de exigência das populações. Todavia, o processo de recuperação económica e financeira do município encetada desde 2013 foi exigente e progressivo, e as condições estruturais existentes limitaram significativamente o alcance do planeamento efetuado, obrigando a uma constante avaliação das iniciativas, da sua repercussão financeira e do retorno esperado.

Com as limitações referidas, a disponibilidade de linhas de financiamento externo assume uma importância fulcral na atividade municipal, determinando, em grande medida, o calendário e o ritmo de execução dos diferentes planos e programas. Com uma posição financeira mais favorável mas limitada, o executivo municipal optou por planear as intervenções de maior dimensão e também de maior relevância, para os períodos em que estariam disponíveis incentivos financeiros, em especial, os fundos comunitários, já que sem cofinanciamento externo muitos dos planos não seriam sequer possíveis. O ano de 2018 representou, neste aspeto, um período de forte dinamismo, beneficiando de um nível de realização de investimentos superior à verificada em exercícios anteriores devido à concentração da execução contratos de financiamento essencialmente comunitário, celebrados no próprio ano ou em anos anteriores, enquadrados nas linhas de incentivos previstas nos diversos programas operacionais.

De acordo com este enquadramento, a atividade municipal englobou, no ano em análise, um conjunto de programas, projetos e ações nas diferentes áreas de atuação, que merecem referência e destaque, devido à importância na dinâmica da entidade e na sua posição económica e financeira.

- **Saneamento e Abastecimento de Água**

As áreas de saneamento e abastecimento de água foram alvo de atenção acrescida do executivo municipal, com tem sido apanágio nos últimos anos, para a qual se canalizaram recursos financeiros muitos consideráveis, uma vez que se deu continuidade ao esforço de ampliação destas redes para zonas até aqui não cobertas com estes serviços urbanos. Ao longo de 2018 foi canalizada uma fatia importante do investimento municipal para a execução da ETAR Intermunicipal do Valgode, cujo projeto se encontra já na fase final de realização. Esta empreitada, cujo valor global de investimento é superior a 4 milhões de euros, concretiza o objetivo de reformular a infraestrutura de tratamento de águas residuais existente, que se encontra completamente obsoleta e com problemas graves de operacionalidade, e que serve uma parte significativa dos concelhos de S. Pedro do Sul e Vouzela. Este investimento pretende também reabilitar e complementar toda a rede de emissários das zonas mais urbanas do concelho, e assim resolver graves problemas de condução de águas residuais existentes há longos anos, principalmente, na área da cidade de S. Pedro do Sul.

Para além deste projeto de grande dimensão, foram também realizadas as etapas finais das empreitadas de saneamento e abastecimento de água em Bordonhos, Serrazes, Carvalhais,

Fermontelos e Figueiredo de Alva, que vieram permitir a criação, nestas localidades, de novas redes e a reformulação de redes antigas em zonas deficitárias, assim como de infraestruturas de reserva e tratamento de águas e de tratamento de esgotos. Refira-se que os investimentos em fase de finalização incidiram em áreas que eram extremamente deficitárias em termos de cobertura, de qualidade de infraestruturas e de eficiência dos sistemas, justificando-se, por estes motivos, a aprovação e disponibilização de linhas de financiamento essenciais para a boa execução destas ações. Sublinhe-se ainda que, no âmbito destas linhas de financiamento, estão a ser elaborados projetos e preparadas novas candidaturas para que os investimentos nestas áreas se realizem também em outras zonas do concelho que estão já sinalizadas devido à necessidade de intervenção.

A par destes investimentos, mantiveram-se também as medidas necessárias para a manutenção das redes de abastecimento de água e saneamento existentes nas zonas em que as mesmas se vão tornando inoperacionais, assumindo a administração direta municipal, nestes casos, um peso acrescido, incidindo a aposta nas equipas municipais para a realização de muitos dos trabalhos previstos de menor dimensão, porque possuem uma capacidade de resposta mais imediata para os problemas de interrupção ou rutura imprevistos.

- **Rede Viária**

Na atividade relativa ao exercício de 2018, destaca-se a execução de vários projetos na rede viária municipal, que incidiram nas ligações rodoviárias nas freguesias, principalmente em vias de ligação entre núcleos populacionais, face à sua importância para a mobilidade e para o acesso aos eixos viários principais e às zonas onde se concentram as ofertas de comércio e serviços, já que nas zonas mais urbanas do concelho os acessos e ligações estão já consolidados através de projetos executados em anos anteriores. Estas intervenções assumiram tipologias muito diversificadas devido, por um lado, às diferentes dimensões dos projetos, e por outro, ao diferente estado das vias, tendo estas diferenças sido determinantes para a escolha das modalidades de intervenção, mais precisamente, para a escolha entre a administração direta municipal ou a empreitada de obras públicas.

Do conjunto de projetos executados através de empreitadas, destacam-se a conclusão da Variante ao Candal, as repavimentações em Pindelo dos Milagres e Rio de Mel, as reabilitações de vias em Pinho, Vila Maior, Nespereira Alta, Santa Cruz da Trapa, entre muitas outras, que, não sendo projetos de grande dimensão, são determinantes para a mobilidade dos respetivos núcleos populacionais e representam, em conjunto, investimentos muito significativos para o município. Para além das empreitadas de reabilitação de pavimentos, foram também realizados trabalhos associados, designadamente, drenagens de águas pluviais, execução de muros de suporte e manutenção de diversos arruamentos complementares, conferindo às vias de comunicação mais segurança e maior capacidade.

Muitos dos trabalhos complementares às pavimentações referidas foram também realizados por recurso à administração direta municipal, principalmente os que exigiam menor complexidade e

menores recursos. Todavia, este sector do município tem sido também responsável, ao longo dos anos, pela manutenção contínua e permanente de toda a rede viária, garantindo a resolução de situações imprevisíveis, a maioria associada à degradação das vias de comunicação e às condições climatéricas adversas, num curto espaço de tempo e de forma mais célere. Para que estes objetivos se tenham cumprido, o executivo municipal demonstrou forte empenho em renovar maquinaria e equipamentos, bem como, recursos humanos nas respetivas equipas.

- **Educação**

Na área da Educação, mesmo com as dificuldades associadas à dispersão geográfica e à dependência, em parte, de financiamento do Estado, este executivo apoiou e deu continuidade aos projetos complementares à componente pedagógica, em coordenação com os respetivos agrupamentos escolares, através da aposta nas atividades extracurriculares, nos prolongamentos de horário e em outras atividades complementares pontuais, sempre que foram identificadas necessidades ou justificadas pelos resultados obtidos. A este respeito, foi iniciado um projeto intermunicipal – Educação para Todos – que visa a promoção da educação e da integração de alunos com necessidades educativas especiais, financiado por fundos comunitários, e que vai ao encontro dos objetivos referidos. As atividades de tempos livres em férias escolares são também um exemplo de preocupação e empenho por parte deste executivo, tendo concebido projetos que permitiram ocupar os alunos com atividades lúdicas e recreativas, que se revelaram um suporte à dinâmica familiar importante, face à incompatibilidade entre as férias escolares e as férias familiares.

Ainda na área da Educação, apesar de se encontrarem em pleno funcionamento dois pólos escolares com infraestruturas recentes, que reúnem uma parte significativa das crianças do concelho, foi iniciada a reabilitação e ampliação da Escola do 1º CEB de Vila Maior, com o objetivo de dotar a zona nordeste do concelho de uma infraestrutura educativa moderna, funcional e adequada às necessidades de todos os alunos, representando um investimento muito significativo do concelho, para o qual foi possível alocar uma fatia relevante de incentivos comunitários. Para além desta construção, deu-se continuidade ao esforço para melhorar o apetrechamento das restantes escolas e jardins-de-infância tendo em vista a melhoria das condições dos alunos e professores. A rede de transportes escolares tem sido também redefinida, com o objetivo de conferir maior autonomia da gestão municipal, com vantagens inegáveis na perspetiva da segurança e da gestão de horários, apesar de representarem um esforço financeiro relevante para esta autarquia, que é, contudo, perfeitamente justificável atendendo à qualidade conferida à dinâmica diária das crianças e jovens do concelho e dos seus familiares.

Por último, nesta área, importa referir que, em conjunto com o Estado, este município está a elaborar o projeto de remodelação da Escola Secundária de S. Pedro do Sul, assumindo-se como líder de uma parceria que visa o melhoramento de uma infraestrutura que, apesar de não ser de gestão municipal, é extremamente importante para o concelho. Beneficiando também de uma parte significativa de financiamento comunitário, este município acolheu a preparação e execução de uma obra relevante,

disponibilizando igualmente uma parte de recursos próprios para que os alunos do ensino secundário possam contar com condições mais amplas, confortáveis, modernas e, sobretudo, adaptadas à exigência daquele nível e ensino.

- **Desporto e Cultura**

Nas áreas do desporto e da cultura têm-se mantido as políticas já desenvolvidas em anos anteriores no que diz respeito, tanto aos apoios e parcerias regulares estabelecidas com associações, clubes, instituições de âmbito desportivo, recreativo e cultural e outras organizações cívicas, como na cooperação pontual em projetos individuais ou coletivos que promovem estas áreas e que pretendem executar ações ou planos relacionados com as atribuições e competências municipais ou têm especial interesse público e concelhio. Para todos estes programas, os agentes locais têm ao seu dispor um conjunto de equipamentos de boa qualidade que utilizam em condições especiais, como são os complexos desportivos, o estádio municipal, o cine-teatro e a biblioteca entre outros, que têm exigido algum esforço para que se mantenham devidamente operacionais e garantam a satisfação das necessidades.

Para além das atividades organizadas em colaboração ou em parceria com entidades terceiras, o município teve a iniciativa de organizar, ao longo do ano em análise e como vem sendo habitual, diversos eventos desportivos que marcaram, nesta vertente, a sua atuação. Desde provas de atletismo, andebol, futebol, futsal, ciclismo/BTT, muitos foram os eventos que contribuíram, no âmbito das atribuições municipais, para a promoção da prática desportiva, de um estilo de vida saudável e, conseqüentemente, do que de melhor o nosso município tem para oferecer. Este município tem mantido ainda uma atitude de abertura no acolhimento de eventos organizados por outras entidades e que procuram locais que lhes ofereçam condições ideais para a preparação ou realização de competições, esperando, com esta atitude, obter resultados, não só na vertente desportiva, mas também no turismo e na economia local. Na área da cultura também foram organizadas diversas manifestações de iniciativa exclusivamente municipal, com destaque para as comemorações no âmbito do feriado municipal, integradas no projeto das Festas da Cidade, ou em épocas festivas tradicionais.

Associado ao património cultural concelhio, recaiu no ano em análise uma parte significativa da execução da empreitada de valorização e reabilitação das Termas Romanas, que visa transformar as antigas ruínas e restantes vestígios históricos existentes num equipamento museológico de grande valor cultural. Este projeto realizado pelo município, contou com o apoio do Ministério da Cultura e com financiamento comunitário, revelando-se determinante para as termas e para região atendendo também ao potencial turístico que lhe está associado.

- **Ação Social**

No âmbito mais específico da ação social municipal, têm sido desenvolvidos projetos individuais e em parceria com instituições do concelho, com o objetivo de promover a inclusão social e o acompanhamento a estratos populacionais desfavorecidos. Devem destacar-se, nas iniciativas municipais, os projetos associados ao programa S. Pedro Mais Solidário, no âmbito do qual foram executadas diversas medidas e ações dirigidas para estratos populacionais mais vulneráveis, dos quais, assumem impacto relevante os projetos de Incentivo à Natalidade, a Universidade Sénior, a medida Mais Saúde, o Termalismo Social, entre outros da mesma índole. Para além destes, e à luz dos regulamentos municipais, têm sido também atribuídos apoios diversos quer para melhoria das condições habitacionais, quer no apoio à frequência escolar dos educandos pertencentes a famílias com dificuldades económicas, entre outros objetivos. Para além destas iniciativas, os serviços municipais dão ainda especial atenção ao acompanhamento e proteção de crianças e jovens em risco de exclusão social no âmbito do funcionamento da CPCJ.

- **Turismo, Termalismo e Lazer**

A estratégia do Turismo no município passa, obrigatoriamente, pelo setor do Termalismo. Apesar de ter uma gestão autónoma, a atividade termal continua a merecer um acompanhamento muito próximo do executivo municipal, atendendo a que é o principal motor de desenvolvimento concelhio, quer pelos resultados diretos da atividade de prestação de serviços termais a cargo da empresa municipal Termalitur, quer pela envolvente económica associada à hotelaria, comércio, e outros serviços. Ao longo de 2018, o município manteve o empenho no acompanhamento estratégico da gestão da empresa municipal, assim como, na realização de iniciativas e projetos complementares que visam evidenciar as potencialidades termais, aproveitar a estrutura hoteleira existente e atrair novos públicos para a região. Em paralelo, mantém as intervenções no espaço público, de modo a manter a área das Termas com as condições ideais para turismo e lazer, e para que os visitantes possam usufruir de infraestruturas que lhes possibilitem a plena reabilitação e descanso.

Em complemento à vertente do Termalismo, o município tem vindo a apostar nas potencialidades de outros pólos de atracção turística, aproveitando a beleza das nossas serras, dos rios, das aldeias típicas e do património histórico existente. Para concretizar estes objetivos, os serviços municipais, em parceria com os diversos produtores locais, têm mantido a organização de eventos próprios de âmbito local, no sentido de criar oportunidades para os proprietários e produtores divulgarem as suas atividades. Com base na mesma estratégia, ao longo dos últimos tempos o executivo municipal procurou também reabilitar alguns equipamentos com potencial turístico ou de lazer, de modo a complementarem a oferta existente. Um dos projetos mais relevantes foi iniciado ainda em 2018 – o Parque Urbano das Nogueiras – que prevê a criação de um espaço de lazer junto ao rio Vouga e a criação de infraestruturas que permitirão o contacto com a natureza e a prática de um estilo de vida saudável e ao ar livre. Este projeto nasce da ampliação do já existente parque do lenteiro do rio,

beneficiando da aquisição dos terrenos adjacentes para a criação de um espaço de maior dimensão e com equipamentos mais completos, que vêm colmatar uma necessidade sentida pelos residentes.

- **Indústria e Captação e Investimento**

A criação de uma área adequada à localização empresarial devidamente infraestruturada e que permita concretizar o forte potencial de crescimento patente na região, é desde há muito uma necessidade do concelho e um anseio demonstrado pelos empresários e industriais da região. No sentido de colmatar esta falha e de possibilitar o reordenamento do território, este executivo delineou um projeto para a criação de um parque empresarial que constitua uma oportunidade para as empresas criarem riqueza e postos de trabalho na região, beneficiando das acessibilidades, da localização central e da proximidade a mercados específicos.

Assim, após a aprovação de candidatura a fundos comunitários, foi possível em 2018 dar início à construção do Parque Empresarial de Pindelo dos Milagres, que irá complementar o pólo industrial existente, já de si desadequado e desaproveitado, de modo a beneficiar do enquadramento económico, regional e local, caracterizado pela relevante predominância e tradição do setor industrial e agrícola e por um forte empreendedorismo e dinâmica empresarial, para a captação de investimento para o concelho e para a dinamização da economia local e regional. Para além deste projeto de relevo, o município continuará a cimentar parcerias e a cooperar com todos os empresários do concelho para que, no âmbito de atuação da autarquia, os constrangimentos sejam ultrapassados e os serviços públicos de que estes necessitam sejam efetivamente oferecidos.

- **Modernização Administrativa e Gestão Financeira**

A organização administrativa do município tem sofrido alterações traduzidas na adaptação da estrutura orgânica e na reformulação e redistribuição das competências e tarefas pelos diversos serviços municipais, com o objetivo de tornar o seu funcionamento mais atual e adaptado aos níveis de exigência da atividade municipal moderna, assente numa matriz de responsabilidades cada vez mais abrangente. Em paralelo com estas mudanças organizacionais, o executivo municipal tem-se empenhado em dotar a generalidade dos serviços com tecnologia e equipamentos adequados às novas formas de trabalho, de comunicação e de partilha de informação, apostando na aquisição de meios informáticos que garantirão, nos próximos anos, o cumprimento dos objetivos associados ao incremento de serviços on-line, à criação de novas ferramentas digitais e à simplificação do trabalho técnico e administrativo. Para isso, tem contado, ao longo dos últimos exercícios, com apoios comunitários através de candidaturas intermunicipais, que permitem a canalização de recursos para esta vertente administrativa que se tem revelado determinante para a eficiência na oferta de serviços.

A nível financeiro, manteve-se o empenho do executivo municipal em garantir o equilíbrio da situação do município, que é fundamental para que a atividade municipal continue de forma sustentada e sem

quaisquer penalizações. A dívida municipal e os níveis de endividamento têm vindo a ser reduzidos progressivamente, conforme se procura demonstrar ao longo do presente documento, mantendo-se a inexistência de pagamentos em atraso e dando cumprimento integral ao principal objetivo da designada lei dos compromissos. No ano de 2018, com o objetivo de proceder à substituição de dívida de médio e longo prazos com taxas de juro mais elevadas por dívida da mesma natureza com taxas de juro mais vantajosas, beneficiando das condições atuais de mercado, o município contraiu um novo empréstimo especificamente para este fim. Com este novo financiamento, que não impôs o aumento do valor global da dívida financeira, foi possível liquidar antecipadamente empréstimos com condições mais exigentes, em especial, o financiamento contratado ao abrigo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), libertando o município de várias obrigações impostas por este programa e reduzindo os encargos financeiros a suportar nos próximos anos.

## 2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Os documentos previsionais de 2018 foram elaborados de acordo com as políticas definidas para a atividade municipal, à luz dos princípios orçamentais e das regras previsionais estipulados no POCAL, e, como tal, espelham objetivamente a estratégia da gestão municipal para o ano em análise. Num contexto exigente económica e financeiramente, as linhas programáticas definidas foram limitadas pelos recursos disponíveis e o planeamento da atividade municipal teve por base uma atitude prudente e rigorosa, tendo em vista a intensificação da trajetória de recuperação do equilíbrio orçamental e, paralelamente, o cumprimento dos objetivos ambiciosos definidos para este período de gestão.

Neste capítulo analisa-se a execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, de acordo com os objetivos traçados, quer nas componentes da receita, quer na estrutura da despesa e nos investimentos programados, assinalando os desvios verificados e evidenciando os resultados obtidos, por comparação com o desempenho dos últimos exercícios. Apresentam-se, ainda, alguns indicadores adequados à análise dos mapas de natureza orçamental.

### 2.1. Modificações Orçamentais

As previsões inscritas nos documentos previsionais foram baseadas nas regras e princípios aplicáveis e o seu apuramento, quer para a obtenção de receitas, quer para a realização de despesas, tiveram por base estimativas realistas e rigorosas decorrentes das obrigações já assumidas, do quadro legal em vigor e das opções políticas municipais. Contudo, face à dinâmica própria da atuação municipal e à complexidade de gestão de algumas áreas de intervenção, surgiu, ao longo do exercício, a necessidade de se efetuarem diversos ajustamentos nas dotações inicialmente previstas, para corresponder a novas necessidades ou a situações em que o valor inicial se revelou insuficiente.

Durante o exercício em análise, foram efetuadas 26 alterações orçamentais e 24 alterações às grandes opções do plano (GOP) que consistiram essencialmente na transferência de dotações em excesso para contas com dotação insuficiente, adequando-as às reais necessidades resultantes das atividades do município. No final do exercício foram também eliminadas dotações em excesso e não utilizadas na execução orçamental, adequando estes documentos ao desempenho efetivo da entidade. Para além das alterações orçamentais, foram ainda aprovadas duas revisões orçamentais que visaram, para além da incorporação do saldo da gerência anterior, a inscrição de novos projetos de investimento a realizar no exercício e a eliminação de outros que deixaram de integrar os planos do município, com a correspondente adequação das dotações da despesa e da receita no orçamento provocadas por estas modificações.

Q1. MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS			
Designação	Dotações Iniciais	Modificações	Dotações Corrigidas
Receita	29 233 455 €	-4 610 067 €	24 623 388 €
Despesa	29 233 455 €	-4 610 067 €	24 623 388 €
GOP	15 802 334 €	-7 573 773 €	8 228 561 €

Em termos globais, as modificações orçamentais efetuadas implicaram uma diminuição do valor total do orçamento, passando do valor inicial de 29,233 milhões de euros, para um valor final corrigido de 24,623 milhões de euros. Nas GOP, as modificações provocaram uma diminuição do financiamento definido em cerca de 7,5 milhões de euros, passando de um valor inicial de 15,802 milhões de euros, para o montante final de 8,229 milhões de euros.

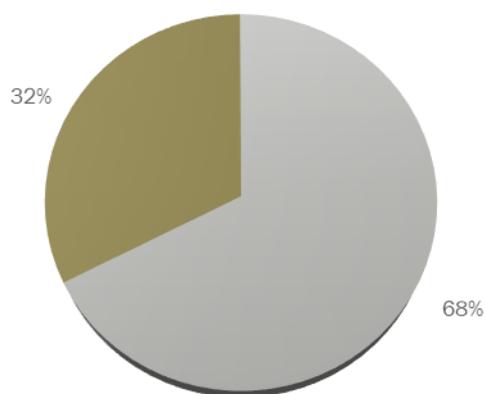
## 2.2 Execução Orçamental da Receita

As receitas totais arrecadadas em 2018 totalizaram 21,258 milhões de euros, repartidas entre receitas correntes, no valor de 14,355 milhões de euros, e receitas de capital, que totalizaram 6,880 milhões de euros. As contas englobadas em “outras receitas” conforme definido no classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 registaram valores menos significativos, na ordem dos 22 mil euros, uma vez que incluem apenas receitas de carácter residual e/ou pontual, designadamente, o saldo da gerência anterior.

Q2. EXECUÇÃO DAS RECEITAS POR NATUREZA			
Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Taxa de Execução
Receitas Correntes	17 282 944 €	14 355 296 €	83%
Receitas de Capital	7 309 658 €	6 879 807 €	94%
Outras Receitas	30 786 €	22 196 €	72%
<b>TOTAL</b>	<b>24 623 388 €</b>	<b>21 257 299 €</b>	<b>86%</b>

A distribuição das receitas por natureza apresentou diferenças significativas em relação ao que se vem verificando nos últimos exercícios, já que as receitas correntes diminuíram o peso habitualmente expressivo, como consequência de um crescimento relevante das receitas de capital. Esta alteração na distribuição das receitas por natureza ficou a dever-se exclusivamente a este fator, mantendo-se, ainda que de forma mais atenuada, o maior peso das despesas correntes na estrutura orçamental (68%), porque é precisamente neste tipo de receitas que se concentram os capítulos com maior expressão no orçamento municipal, como as transferências correntes, os impostos, taxas e preços, entre outras, enquanto que as receitas de capital (32%) têm características muito distintas daquelas, com maior volatilidade e dependência de fatores externos.

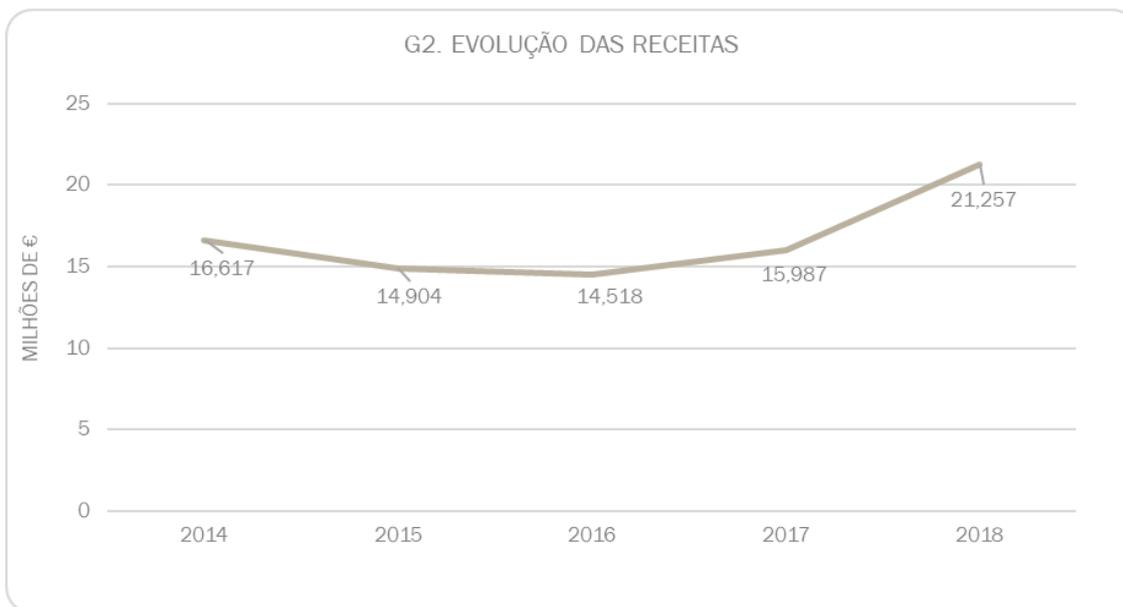
### G1. DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS POR NATUREZA



■ Receitas Correntes ■ Receitas de Capital ■ Outras Receitas

O desempenho orçamental do exercício originou uma taxa de execução de cerca de 86%, representando uma melhoria em relação ao exercício anterior, como consequência de um controlo orçamental mais rigoroso que motivou várias correções ao longo do ano, contribuindo para ajustar as receitas obtidas às despesas assumidas. Beneficiando de uma correção global no final do exercício, a taxa de execução das receitas de capital foi neste ano superior à registada nas receitas correntes, invertendo a tendência habitual, já que os valores de capital cobrados representaram 94% das previsões, enquanto que as receitas correntes efetivas atingiram cerca de 83% das respetivas previsões corrigidas.

Pela análise da evolução das receitas totais nos últimos cinco exercícios, verifica-se que em 2018 foi alcançado o montante mais elevado dos últimos anos, sendo superior ao obtido em 2017 em cerca de 33%. Este aumento expressivo resulta de diversos fatores e acontecimentos, com destaque para a obtenção de financiamentos comunitários para investimentos e de empréstimos para substituição de dívida, que influenciaram fortemente os valores das receitas de capital.



### Receitas correntes

Conforme se tem verificado em exercícios anteriores, a execução das receitas correntes esteve em 2018 bastante dependente dos artigos que compõem o capítulo de *transferências correntes*, cuja receita arrecada atingiu os 7,976 milhões de euros, ou seja, cerca de 56% do total das receitas desta natureza. O peso destas contas deve-se essencialmente ao montante das receitas provenientes do Orçamento de Estado que aqui estão incluídas, designadamente, o Fundo de Equilíbrio Financeiro na componente corrente, a participação no IRS e o Fundo Social Municipal, que representam, em conjunto, 95% do valor global deste capítulo. Inclui também outras transferências obtidas para financiamento de atividades correntes de várias áreas de atuação, das quais se destacam, os valores recebidos no âmbito do funcionamento do ensino pré-escolar e básico, as receitas para pagamento de beneficiários de medidas de apoio ao emprego, entre outras de idêntica natureza. Tendo em conta que são fundos determinados legalmente ou previstos em instrumentos contratuais previamente definidos, a sua taxa de execução aproximou-se dos 100%, não sendo de registar qualquer desvio significativo aos valores das previsões efetuadas.

Q3. GRAU DE EXECUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES				
Designação	Previsões Corrigidas	Receitas	Cobradas	Taxa de Execução
Impostos diretos	2 076 507 €	2 472 272 €		119%
Impostos indiretos	27 065 €	99 341 €		367%
Taxas, multas e outras penalidades	313 424 €	396 156 €		126%
Rendimentos da propriedade	4 715 619 €	2 130 687 €		45%
Transferências correntes	7 991 971 €	7 975 920 €		100%
Venda de bens e serviços correntes	2 074 088 €	1 221 762 €		59%
Outras receitas correntes	84 270 €	59 157 €		70%
<b>Total</b>	<b>17 282 944 €</b>	<b>14 355 296 €</b>		<b>83%</b>

As receitas relativas a *impostos diretos* reforçaram o seu peso na estrutura orçamental, totalizando, no ano em análise, 2,472 milhões de euros, ou seja, 17% do total desta natureza. O montante arrecado neste ano ultrapassou significativamente o valor das previsões, que resultaram da média das cobranças dos dois últimos exercícios conforme impõe o POCAL, alcançando uma taxa de execução de 119%. Este desempenho bastante positivo resulta de um perfil de crescimento verificado nos últimos anos na maioria dos impostos municipais, que estará relacionado com a recuperação dos agentes económicos cuja atividade regista uma dinâmica crescente, assim como de alterações legislativas recentes que impuseram um reforço destes tributos das autarquias locais.

As contas de *rendimentos da propriedade* registaram também um valor bastante significativo na estrutura das receitas correntes, atingindo cerca de 2,131 milhões de euros, o que equivale a cerca de 15% do total corrente. Tendo em consideração que integram este grupo de receitas, sobretudo, as rendas provenientes da concessão da rede de energia elétrica, a compensação pela exploração dos parques eólicos e as contrapartidas relativas à exploração termal, registam-se habitualmente desvios relevantes que resultam das oscilações na sua base de apuramento, no caso das receitas dos parques eólicos, ou de atrasos nas cobranças dos valores provenientes da exploração da atividade termal, justificando uma taxa de execução na ordem do 45%.

Ainda no cômputo das receitas correntes, deve destacar-se o capítulo de *venda de bens e serviços correntes*, que registou um montante de 1,222 milhões de euros, em linha com os valores registados no exercício anterior. Em 2018, porém, a execução orçamental deste capítulo sofreu um desvio significativo em relação às previsões, registando uma taxa de 59%, devido, no essencial, à tentativa de cobrança de rendas pela utilização do imóvel onde funciona a escola do 2º ciclo do ensino básico, que não teve sucesso no prazo previsto. Com exceção deste acontecimento, as receitas aqui incluídas mantiveram as características que permitiram um desempenho orçamental idêntico ao verificado em períodos passados, destacando-se, por um lado, a reconhecida irregularidade de diversas receitas dependentes de serviços pontuais ou ocasionais, e por outro lado, os resultados das medidas adotadas relativamente à melhoria dos mecanismos de controlo, liquidação e cobrança de diversas taxas e preços, associadas à otimização do funcionamento dos vários sistemas municipais.

Os restantes capítulos de natureza corrente registaram valores significativamente menores, tendo, por este motivo, um peso pouco expressivo na estrutura das receitas. Destes, podem destacar-se as *taxas, multas e outras penalidades*, no âmbito das quais foram obtidas receitas pouco superiores a 396 mil euros, refletindo também um desvio positivo em relação às previsões efetuadas, na sequência do aumento dos valores das taxas de loteamentos e obras e do sistema de saneamento. As contas de *impostos indiretos* apresentaram valores pouco expressivos, em resultado da reduzida incidência das diversas taxas nos processos aqui considerados, tendo, contudo, registado um montante superior ao previsto, tal como se verificou em capítulos referidos anteriormente. As contas de *outras receitas correntes*, que abarcam um grupo de artigos residuais e de incidência pontual e irregular, registou, no ano em análise, um montante na ordem dos 59 mil euros, ou seja, cerca de 70% dos valores previstos.

A comparação dos valores das receitas correntes com os alcançados no ano anterior permite concluir que o seu valor global aumentou cerca de 10%, como consequência sobretudo do desempenho bastante positivo das contas de *rendimentos da propriedade, impostos directos e transferências correntes*, que, em termos absolutos registaram aumentos muito significativos. No âmbito destes capítulos, deve destacar-se a variação registada nas contrapartidas provenientes da atividade termal, cuja liquidação ultrapassou largamente os valores obtidos em 2017, contribuindo para o reforço do peso dos *rendimentos da propriedade*. Também devem realçar-se as variações bastante positivas de todos os *impostos directos*, em especial da derrama, que, conforme já foi referido, permitiram um crescimento destas receitas em cerca de 306 mil euros. Os *impostos indirectos e as taxas, multas e outras penalidades* registaram variações positivas menos acentuadas em termos absolutos, sendo, porém, significativas se analisadas em termos proporcionais.

Q4. COMPARAÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES COBRADAS			
Designação	2018	2017	Var. 17/18
Impostos directos	2 472 272 €	2 166 330 €	14%
Impostos indirectos	99 341 €	60 516 €	64%
Taxas, multas e outras penalidades	396 156 €	302 855 €	31%
Rendimentos da propriedade	2 130 687 €	1 407 319 €	51%
Transferências correntes	7 975 920 €	7 736 068 €	3%
Venda de bens e serviços correntes	1 221 762 €	1 221 154 €	0%
Outras receitas correntes	59 157 €	176 056 €	-66%
<b>Total</b>	<b>14 355 296 €</b>	<b>13 070 297 €</b>	<b>10%</b>

Em sentido contrário, com uma variação negativa em relação ao exercício anterior, regista-se apenas o capítulo de *outras receitas correntes*, com um decréscimo na ordem dos 117 mil euros. Esta variação resulta exclusivamente da ausência, em 2018, de reembolsos de IVA, que em 2017 permitiram uma arrecadação extraordinária de receitas resultantes de trabalhos de recuperação de imposto dedutível e de diversas regularizações.

Na comparação dos valores totais das receitas correntes cobrados nos últimos 5 anos, pode concluir-se que o valor obtido em 2018 cresceu significativamente face aos anos anteriores, destacando-se nos resultados obtidos no intervalo de variação considerado, pelos motivos já abordados anteriormente. Registe-se também que o montante total das receitas correntes, ainda que influenciado por diversas alterações na composição e estrutura das suas contas ao longo dos anos, foi o valor mais elevado desde a implementação do POCAL (2002) e, muito provavelmente, da história desta autarquia.



### **Receitas de Capital**

As receitas de capital são habitualmente muito dependentes da execução das contas de *transferências de capital*. No ano em análise, no âmbito deste capítulo de receitas foram cobrados 4,219 milhões de euros, correspondendo a cerca de 61% do valor total das receitas desta natureza, porque incluem, entre outras de menor importância, uma parte das receitas referentes à transferências provenientes do Orçamento de Estado, bem como, as receitas relativas a participações comunitárias para projetos de investimento. O exercício de 2018 foi determinante na execução de diversos investimentos de dimensão considerável, na sua maioria financiados por fundos externos nacionais e comunitários, justificando, assim, o desempenho destes agregados na estrutura orçamental municipal. A taxa de execução situou-se em cerca de 94%, verificando-se um desvio pouco significativo em relação aos valores previstos, uma vez que as respetivas previsões foram, ao longo do ano e, em especial, no seu final, adequadas à efetiva execução e ao calendário de desenvolvimento dos projetos financiados.

<b>Q5. GRAU DE EXECUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>			
Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Tx. Execução
Venda de bens de investimento	162 023 €	21 101 €	13%
Transferências de capital	4 508 784 €	4 219 905 €	94%
Ativos financeiros	40 €	0 €	0%
Passivos financeiros	2 638 801 €	2 638 801 €	100%
Outras receitas de capital	10 €	0 €	0%
<b>Total</b>	<b>7 309 658 €</b>	<b>6 879 807 €</b>	<b>94%</b>

As receitas englobadas no capítulo de *passivos financeiros* apresentaram, neste exercício, o segundo valor mais elevado das receitas de capital, tendo atingido cerca de 2,639 milhões de euros, que

corresponderam a 100% do valor total previsto para este tipo de contas. Este montante refere-se maioritariamente à utilização de capital do empréstimo de médio/longo prazo contraído para substituição de dívida, nos termos do art. 81º da Lei n.º 42/2016, no valor de 2,139 milhões de euros, e inclui ainda as verbas do empréstimo de curto prazo contratualizado para acorrer a dificuldades de tesouraria ao longo do ano, no montante de 500 mil euros.

Dos restantes capítulos de receitas de capital, o de *venda de bens de investimento* registou cerca de 21 mil euros de receita cobrada, ficando bastante distantes dos valores previstos, que foram calculados com base nos objetivos do executivo municipal que pressupunha a alienação de vários bens de investimento sem utilidade operacional ou interesse público, atento o limite previsto no art. 105º da Lei nº 114/2017. Este desvio resulta de circunstâncias relacionadas com dificuldades de operacionalização de processos de alienação, associadas à situação conjuntural marcada por cenários de insuficiência de liquidez que não permitiriam a venda de bens por valores considerados aceitáveis.

Os restantes capítulos das receitas de capital não apresentaram qualquer execução no ano em análise, conforme vem sendo habitual, uma vez que dizem respeito a *ativos financeiros*, que incluem receitas muito específicas relacionadas com acontecimentos que não se têm registado, e *outras receitas de capital*, que englobam várias contas de carácter residual e sem qualquer expressão na estrutura orçamental.

Comparando a execução das receitas de capital do exercício em análise com o exercício anterior, confirma-se o excecional aumento dos valores arrecadados, com uma variação de 142%. Para este crescimento expressivo contribuiu, em larga medida, o valor referente a *passivos financeiros*, na sequência da contratação do empréstimo de médio/longo prazo já referido anteriormente, que envolveu um montante de financiamento superior a 2 milhões de euros. Também as receitas provenientes de *transferências de capital* contribuíram de forma determinante para o desempenho positivo destes agregados, com um crescimento de 84% em relação a 2017, traduzido em mais 1,931 milhões de euros provenientes, na sua maioria, de financiamentos comunitários para projetos de investimento. No capítulo de *venda de bens de investimento* registaram-se também variações positivas, mas pouco significativas atendendo aos montantes mais reduzidos envolvidos nestas contas.

Q6. COMPARAÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL COBRADAS			
Designação	2018	2017	Var. 17/18
Venda de bens de investimento	21 101 €	2 711 €	678%
Transferências de capital	4 219 905 €	2 288 988 €	84%
Ativos financeiros	0 €	0 €	0%
Passivos financeiros	2 638 801 €	550 000 €	380%
Outras receitas de capital	0 €	0 €	0%
<b>Total</b>	<b>6 879 807 €</b>	<b>2 841 699 €</b>	<b>142%</b>

Ampliando o intervalo de comparação dos valores das receitas de capital aos últimos 5 exercícios, pode constatar-se uma oscilação significativa dos valores recebidos entre os anos, em consonância com a maior ou menor execução de projetos com financiamento externo, que influenciam consideravelmente o desempenho orçamental destas contas. Para além deste fator, sobressai ainda, nesta análise, o impacto das verbas recebidas no âmbito do empréstimo de médio/longo prazo contratado, que tornaram o ano de 2018 no período com melhor execução dos últimos anos.



### Outras Receitas

São consideradas outras receitas, conforme definido no classificador económico, as receitas que, pela sua natureza e características, não se consideram correntes ou de capital, e, como tal, apresentam normalmente valores sem significado e peso na estrutura global das receitas municipais. No exercício de 2018 foram aqui incluídos os montantes do *saldo da gerência anterior*, no valor de 16 mil euros, assim como, as *reposições não abatidas nos pagamentos* com liquidações ocorridas em anos anteriores, no âmbito das quais foram cobrados perto de 6 mil euros.

Q7. GRAU DE EXECUÇÃO DE OUTRAS RECEITAS				
Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Tx. Execução	
Reposições não abatidas nos pag.	14 547 €	5 957 €	41%	
Saldo da gerência anterior	16 239 €	16 239 €	100%	
<b>Total</b>	<b>30 786 €</b>	<b>22 196 €</b>	<b>72%</b>	

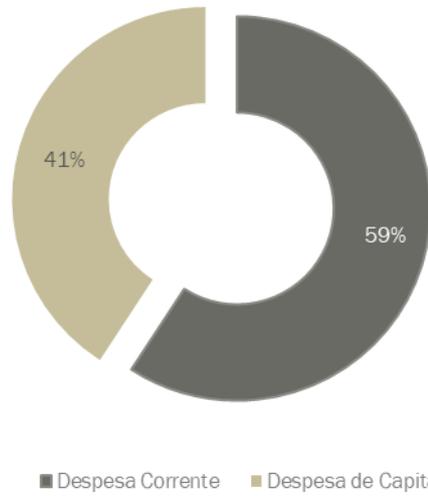
## 2.3. Execução Orçamental da Despesa

No exercício de 2018, as despesas pagas totalizaram 21,197 milhões de euros, das quais cerca de 12,547 milhões de euros corresponderam a despesas correntes, enquanto que cerca de 8,650 milhões de euros se referiram a despesas de capital. Em termos relativos, a distribuição das despesas por natureza manteve a tendência de anos anteriores ainda que em proporções mais equilibradas, já que o peso das despesas correntes no total decaiu para 59%, ao passo que as despesas de capital passaram a representar cerca de 41% do total das despesas do exercício. As variações registadas na distribuição dos valores da despesa por natureza estão relacionadas, quer pelas opções políticas e de gestão dos órgãos municipais, quer também pela disponibilidade de fontes de financiamento da atividade autárquica, com especial importância para os fundos comunitários.

Q8. EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR NATUREZA			
Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Tx. Execução
Despesa Corrente	13 923 717 €	12 546 958 €	90%
Despesa de Capital	10 699 671 €	8 650 268 €	81%
<b>Total</b>	<b>24 623 388 €</b>	<b>21 197 225 €</b>	<b>86%</b>

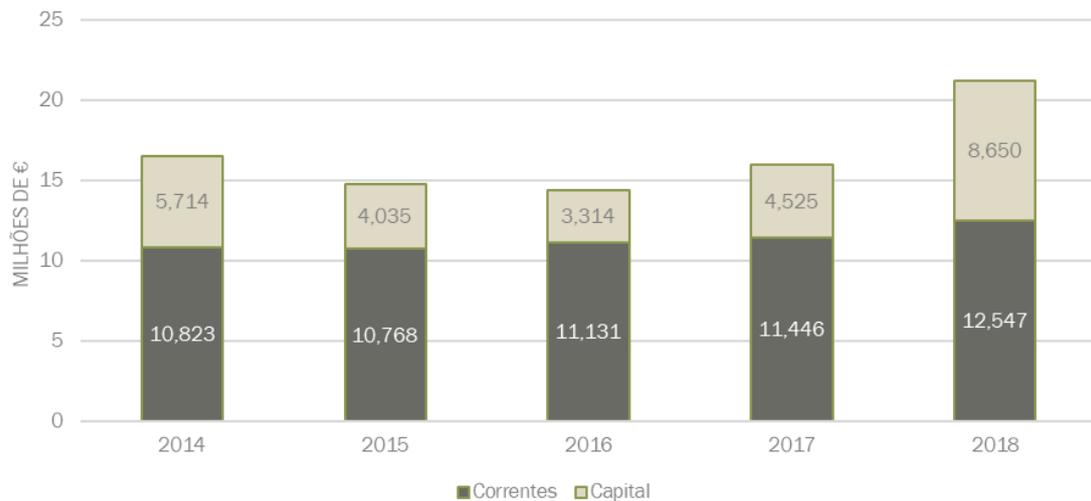
As diferenças entre as despesas correntes e de capital confirmam-se, não só pela sua distribuição, mas também pelas oscilações verificadas na execução ao longo do exercício, já que as despesas de natureza corrente são constituídas, em grande parte, pelos encargos fixos associados à estrutura municipal e pelas necessidades decorrentes do normal funcionamento dos serviços, revelando-se menos voláteis, enquanto que as despesas de capital, por englobarem os investimentos municipais, registam flutuações consideráveis em função das opções de gestão, do cumprimento de cronogramas de execução e dos financiamentos associados. Em 2018, beneficiando do efeito das modificações orçamentais que permitiram adequar, o mais possível, as dotações da despesa à sua execução regular, a taxa de execução global foi bastante satisfatória, na ordem dos 86%. Este valor resulta da execução muito positiva registada nas despesas correntes, na ordem dos 90%, assim como, nas despesas de capital, na ordem dos 81%.

G5. DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR NATUREZA



A evolução das despesas nos últimos 5 exercícios tem sofrido algumas oscilações, quer no seu valor total, quer na sua composição. Pode constatar-se pelo gráfico que se apresenta abaixo que o ano de 2018 registou o montante de despesas pagas mais elevado do horizonte de análise, sendo superior a 2017 em cerca de 33% e confirmando o desempenho orçamental excecional do exercício. Através de uma análise mais alargada, confirma-se inclusivamente que o exercício em análise atingiu um dos valores mais elevados de sempre na execução do orçamento, sendo apenas superado pelo exercício de 2008, no qual se registaram acontecimentos muito relevantes e com influência determinante na estrutura financeira municipal.

G6. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PAGAS



## Despesas Correntes

A execução das despesas correntes sofre, ao longo dos anos, variações pouco significativas, já que, tal como se referiu anteriormente, envolve diversas rubricas associadas ao funcionamento dos serviços municipais, que mantêm uma estrutura mais rígida, variando, essencialmente, quando surgem alterações legislativas associadas ao pessoal, mudanças nos contratos relativos a consumos intermédios ou nos apoios correntes atribuídos a entidades com as quais o município estabelece parcerias, não sendo comparáveis com a volatilidade das despesas de capital.

Q9. GRAU DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES				
Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Realizadas	Despesas Pagas	Tx. Execução
Despesas com o pessoal	6 606 233 €	6 583 655 €	6 576 709 €	100%
Aquisição de bens e serviços	5 359 471 €	4 763 451 €	4 210 950 €	79%
Juros e outros encargos	101 988 €	95 874 €	95 566 €	94%
Transferências correntes	1 642 388 €	1 599 525 €	1 468 734 €	89%
Subsídios	400 €	0 €	0 €	0%
Outras despesa correntes	213 236 €	212 000 €	194 998 €	91%
<b>Total</b>	<b>13 923 717 €</b>	<b>13 254 504 €</b>	<b>12 546 958 €</b>	<b>90%</b>

A análise da composição das despesas correntes por agrupamento da classificação económica permite confirmar que as *despesas com o pessoal* registaram, como vem sendo recorrente, o valor mais elevado, atingindo cerca de 6,577 milhões de euros. O montante total pago representou praticamente 100% do valor das dotações corrigidas, demonstrando que estas despesas, de carácter mais fixo, permitem uma previsão mais próxima da execução efetiva e são acompanhadas de forma mais regular ao longo do exercício. Como são despesas suportadas mensalmente decorrentes dos vínculos permanentes, os valores realizados foram pagos na sua quase totalidade. Confirmando o que agora se refere, o valor pago em 2018 foi próximo do valor registado em 2017, verificando-se uma variação de cerca de 3%, decorrente de um aumento das remunerações certas e permanentes como consequência de alterações legislativas e de modificações nas carreiras e categorias de trabalhadores.

As rubricas associadas à *aquisição de bens e serviços*, que incluem os encargos correntes variáveis e a maioria dos consumos intermédios resultantes da atividade municipal, registaram, como vem sendo habitual, o segundo valor mais elevado das despesas correntes, tendo sido pagos, no total, cerca de 4,211 milhões de euros. À semelhança do agrupamento anterior, os montantes envolvidos nestas rubricas em 2018 foram superiores aos valores do ano transato, tendo registado um crescimento de 11%, em resultado de um maior volume de contratações associadas a determinados serviços específicos, com destaque para a energia elétrica, recolha e tratamento de resíduos, seguros, trabalhos especializados, entre outros. Não obstante o maior número de processos de contratação, a taxa de execução destas rubricas registou uma ligeira melhoria e situou-se em 79%, evidenciando a preocupação na adequação das previsões às necessidades efetivas dos serviços e a redução dos encargos assumidos e não pagos. Esta taxa mantém-se, contudo, inferior à registada na restante estrutura corrente, como reflexo, por um lado, da quantidade e complexidade considerável dos

procedimentos aqui incluídos que dificulta a gestão regular dos meios de financiamento que lhes estão adstritos, e por outro, de algumas contas a pagar associadas a fornecimento de bens ou prestação de serviços que transitaram entre exercícios.

Os valores pagos incluídos nas contas de *transferências correntes* atingiram, no ano em análise, 1,469 milhões de euros, correspondendo a cerca de 89% dos valores previstos. Nestas despesas estão incluídas as transferências para diversas entidades como compensação pela realização de atividades de interesse municipal, pelo cumprimento de competências atribuídas ao município, ou ainda resultantes de apoios diversos de carácter social, cultural ou de outra índole. Como, tal têm registado, ao longo dos últimos anos, um desempenho correspondente com o impacto da estratégia municipal na execução de diversos projetos em parceria. Em relação ao ano anterior, os valores de 2018 registaram um aumento na ordem dos 30%, justificado, em grande parte, pelo aumento do montante das transferências que foram efetuadas para a empresa municipal Termalistur, com o objetivo de dar cumprimento às regras do equilíbrio de contas definidas no regime deste sector empresarial. Sublinhe-se ainda que as restantes transferências efetuadas, nomeadamente para a administração autárquica, instituições sem fins lucrativos e famílias registaram variações pouco significativas neste agrupamento e na estrutura das despesas correntes.

Ainda no âmbito das despesas correntes, relativos a *juros e outros encargos* foram pagos perto de 96 mil euros, tendo este montante registado uma redução muito ligeira face aos valores do ano anterior, em resultado da diminuição das dívidas financeira e comercial e da trajetória das taxas de juro de referência. Apesar de se ter registado alguma irregularidade na execução destes montantes no passado, a diminuição das dívidas em atraso e a normalização dos processos de apuramento de juros de mora contribuíram para uma maior aproximação entre as dotações e os valores efetivamente realizados e pagos, evidenciada na taxa de execução alcançada, na ordem dos 94%.

Com reduzido peso na estrutura das despesas, o agrupamento de *outras despesas correntes*, de cariz mais residual, regista habitualmente valores pouco significativos e com reduzidas variações ao longo dos anos. No exercício em análise foram pagos quase 195 mil euros respeitantes a impostos e taxas, restituições e despesas diversas, registando-se um acréscimo de cerca de 21% em relação a 2017, devido maioritariamente à liquidação excecional de IVA resultante de um processo de regularização em curso. O agrupamento de *subsídios* não registou qualquer execução porque engloba um conjunto de rubricas destinado a reunir os fluxos financeiros não reembolsáveis com objetivos específicos associados a políticas de preços ou níveis de produção, que não ocorreram no exercício em análise.

Q10. COMPARAÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES PAGAS			
Designação	2018	2017	Var. 17/18
Despesas com o pessoal	6 576 709 €	6 389 587 €	3%
Aquisição de bens e serviços	4 210 950 €	3 667 952 €	15%
Juros e outros encargos	95 566 €	96 153 €	-1%
Transferências correntes	1 468 734 €	1 130 721 €	30%
Subsídios	0 €	0 €	0%
Outras despesas correntes	194 998 €	161 187 €	21%
<b>Total</b>	<b>12 546 958 €</b>	<b>11 445 600 €</b>	<b>10%</b>

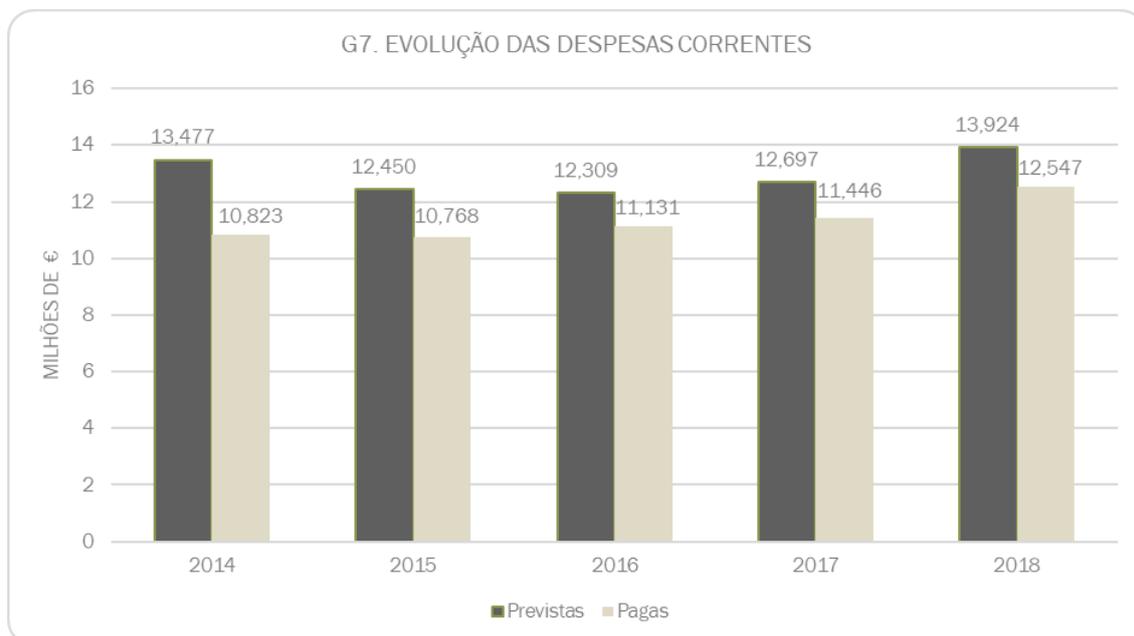
Em complemento ao que foi já referido na análise à importância de cada agrupamento de despesas correntes na estrutura do orçamento municipal, pode concluir-se que as *despesas com pessoal* mantêm o seu elevado peso na estrutura parcial das despesas correntes, representando cerca de 52% destas, bem como, na estrutura das despesas totais, na qual representam cerca de 31%. O agrupamento de *aquisição de bens e serviços* tem o segundo maior peso nas estruturas, correspondendo a 34% do valor das despesas correntes pagas e cerca de 20% do total das despesas. Deve sublinhar-se que estes grupos de rubricas, em conjunto, englobam 86% das despesas correntes e 51% das despesas totais, englobando a quase totalidade dos encargos fixos e de funcionamento dos serviços, incluindo uma fatia considerável de despesas destinadas à realização de investimentos municipais, nomeadamente, matérias-primas, materiais e outros bens incorporados no imobilizado municipal através de administração direta, assim como, os estudos, projetos e consultadoria.

Os restantes agrupamentos, em conjunto, representam cerca de 14% das despesas correntes e 8% do valor total das despesas pagas. Registe-se, ainda, que o peso de cada agrupamento nas estruturas parcial e total das despesas não sofreu alterações relevantes em relação a 2017, sendo, todavia, de destacar a diminuição do peso das *despesas com pessoal* nas despesas correntes e totais, em resultado do reforço da importância dos restantes agrupamentos correntes, assim como, das despesas de capital, no orçamento municipal.

Q11. PESO DOS AGRUPAMENTOS DE DESPESAS CORRENTES				
Designação	Peso na Estrutura		Variação (17/18)	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Despesas com o pessoal	52%	31%	-3,41 p.p.	-8,98 p.p.
Aquisição de bens e serviços	34%	20%	1,51 p.p.	-3,10 p.p.
Juros e outros encargos	1%	0%	-0,08 p.p.	-0,15 p.p.
Transferências correntes	12%	7%	1,83 p.p.	-0,15 p.p.
Subsídios	0%	0%	0,00 p.p.	0,00 p.p.
Outras despesa correntes	2%	1%	0,15 p.p.	-0,09 p.p.
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>59%</b>	<b>0,00 p.p.</b>	<b>-0,12 p.p.</b>

A evolução das despesas correntes ao longo dos últimos 5 exercícios tem-se pautado pela relativamente reduzida oscilação dos valores previstos e pagos, conforme se pode verificar no gráfico seguinte. Contudo, apesar do aumento do valor global das despesas correntes, que cresceram quase

10%, tem sido objetivo da gestão municipal a manutenção da reduzida diferença entre os valores previstos e os pagos e a correspondente melhoria das taxas de execução, o que tem sido conseguido nos últimos exercícios.



### **Despesas de Capital**

As despesas desta natureza referem-se maioritariamente à aquisição ou produção de bens duradouros e ao reembolso de financiamentos contratados, apresentando a execução destas rubricas comportamentos distintos e ritmos bastantes variáveis ao longo dos exercícios. São também aqui incluídas as despesas relacionadas com a realização de investimentos, mas cuja execução depende do envolvimento de entidades terceiras, assumindo a forma de transferências destinadas ao seu financiamento. Conforme já foi salientado, estas contas adstritas à execução de investimentos apresentam, ao longo de um horizonte temporal específico mesmo que limitado, variações consideráveis relacionadas diretamente com a execução de projetos de investimento ou aquisição de bens duradouros, tendo em conta o planeamento delineado e a disponibilização de recursos para os financiar. Já as despesas relativas à amortização de empréstimos contratados resultam do cumprimento dos planos de amortização definidos e apresentam, por este motivo, variações pouco relevantes e associadas unicamente às variações das taxas de juros.

Q12. GRAU DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL				
Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Realizadas	Despesas Pagas	Tx. Execução
Aquisição de bens de capital	7 226 150 €	6 650 659 €	5 306 380 €	73%
Transferências de capital	266 375 €	182 142 €	137 142 €	51%
Ativos financeiros	76 973 €	76 673 €	76 673 €	100%
Passivos financeiros	3 063 889 €	3 063 889 €	3 063 889 €	100%
Outras despesas de capital	66 284 €	66 184 €	66 184 €	100%
<b>Total</b>	<b>10 699 671 €</b>	<b>10 039 547 €</b>	<b>8 650 268 €</b>	<b>81%</b>

Neste contexto, confirma-se que a execução das despesas desta natureza depende, em grande parte, do desempenho das rubricas relativas a *aquisição de bens de capital*. Este agrupamento registou um valor total pago de 5,306 milhões de euros, sendo bastante superior ao valor verificado no ano anterior (68%), pelos motivos já abordados anteriormente, relacionados com a execução de projetos cofinanciados de elevada dimensão, cuja execução física se concentrou, em larga medida, no exercício em análise, apesar de terem sido iniciados em anos anteriores. Por este motivo, a execução deste ano revelou-se bastante positiva, já que, do valor previsto para estas contas, na ordem dos 7,226 milhões de euros, foram realizados (faturados) 6,651 milhões de euros e pagos os montantes acima referidos, obtendo-se uma taxa de execução de 73%, que, não sendo tão elevada como nas despesas correntes, não deixa de evidenciar um desempenho bastante favorável resultante de uma preocupação com o acompanhamento permanente da componente financeira dos projetos.

Em linha com o que se acaba de referir, as rubricas de *passivos financeiros* registaram também uma execução bastante satisfatória e coerente com os objetivos de gestão financeira do município. Tendo em consideração que estas rubricas englobam as despesas relativas a amortizações de todos os empréstimos contratados pelo município, quer de curto prazo, quer de médio/longo prazo, estando os respetivos pagamentos escalonados nos planos de amortização, são, por este motivo, de fácil previsão e execução. No ano de 2018, conforme já referido na execução da receita, foi contratado um novo financiamento para substituir linhas de financiamento existentes com taxas de juro superiores às praticadas atualmente, conforme possibilidade prevista no art. 81º da Lei n.º 42/2016. Este financiamento não veio alterar o nível de endividamento municipal uma vez que a nova contratação teve como objetivo a liquidação antecipada de dívida financeira de igual montante, porém, teve um impacto muito significativo na execução orçamental do exercício porque foram recebidas as verbas respeitantes ao novo financiamento e foram pagos antecipadamente dois empréstimos cujos planos de liquidação se encontravam em vigor. Por este motivo, nas rubricas de passivos financeiros foram previstos e pagos 3,064 milhões de euros, alcançando-se uma taxa de execução de 100%, o que representa um aumento de 154% em relação ao valor das despesas do mesmo agrupamento em 2017.

Dos restantes agrupamentos, menos relevantes na estrutura orçamental, deve ainda referir-se que as *transferências de capital*, que incluem as transferências financeiras para entidades terceiras com o objetivo de as apoiar na execução de investimentos de interesse municipal, registaram um montante pago superior a 137 mil euros, valor este que representa apenas 51% do valor total previsto, apesar

de corresponder a 75% do valor realizado. Face à reduzida expressão dos valores envolvidos, a diferença identificada resulta de compromissos assumidos perante entidades parceiras que não foram realizados pelos montantes previstos, e de alguns valores em dívida que transitaram para o exercício seguinte. Todavia, os valores pagos apurados no ano em análise foram significativamente superiores aos verificados no ano anterior, em resultado da dinâmica de execução destas rubricas, que incluíram em 2018 participações em diversos projetos supramunicipais e apoios para investimentos realizados por entidades do setor social.

As contas de *ativos financeiros* registaram no ano em análise o montante de 77 mil euros, destinados exclusivamente à contribuição do município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) prevista na Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto. Apesar de ter sido reduzida por decisão constante na lei que aprovou o Orçamento de Estado, esta participação é conhecida previamente e pressupõe o pagamento de um valor certo e determinado, justificando uma execução sem desvios, mas inferior à registada em anos anteriores.

Por último, deve fazer-se referência às rubricas de *outras despesas de capital* que concentram habitualmente um conjunto de despesas residuais, e registaram, neste ano, um valor na ordem dos 66 mil euros relativos a restituição de uma parcela de verbas recebidas relativas a financiamento nacional no âmbito de um contrato de cooperação técnica e financeira que foi considerado não elegível no âmbito do respetivo programa.

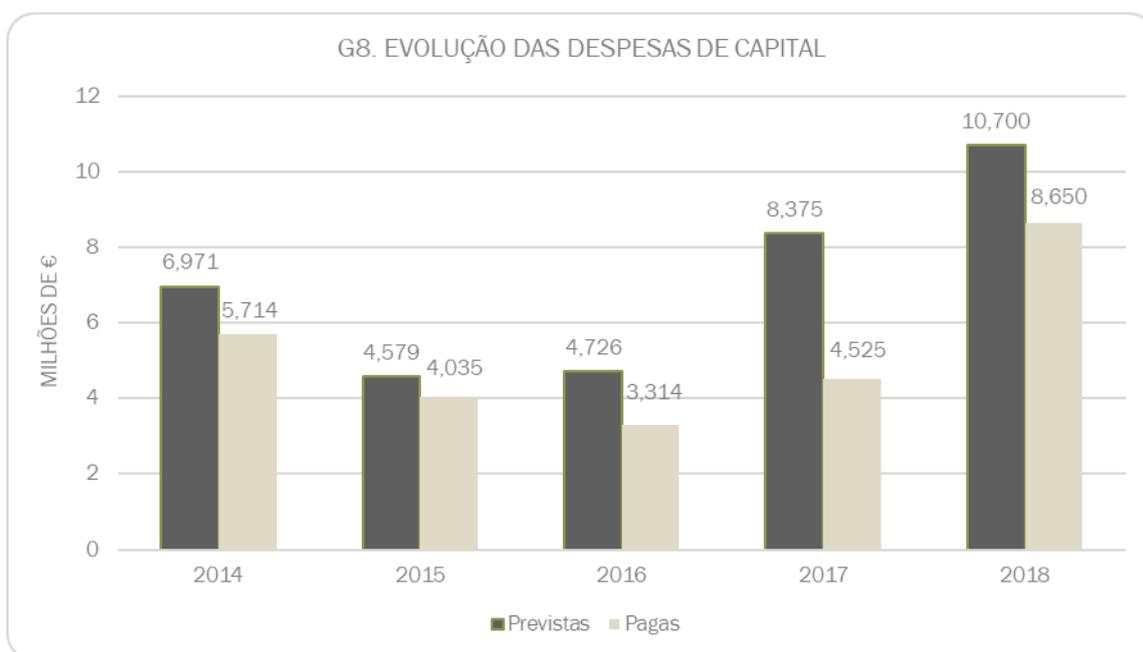
Q13. COMPARAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL PAGAS			
Designação	2018	2017	Var.17/18
Aquisição de bens de capital	5 306 380 €	3 154 445 €	68%
Transferências de capital	137 142 €	40 021 €	243%
Ativos financeiros	76 673 €	102 231 €	-25%
Passivos financeiros	3 063 889 €	1 194 882 €	156%
Outras despesas de capital	66 184 €	33 092 €	100%
<b>Total</b>	<b>8 650 268 €</b>	<b>4 524 671 €</b>	<b>91%</b>

Como complemento à análise efetuada e de modo a confirmar a importância de cada agrupamento de rubricas na estrutura orçamental da despesa, importa ainda mencionar que as rubricas de *aquisição de bens de capital*, face aos valores envolvidos, representaram cerca de 61% das despesas de capital do exercício, mas apenas 25% das despesas totais orçamentais. Face às alterações registadas nos valores de outros agrupamentos, estas rubricas viram o seu peso nas despesas de capital a ser diminuído em cerca de 8 p.p., mas a aumentar nas despesas totais em cerca de 5 p.p. Nota ainda para o peso dos *passivos financeiros* que representaram cerca de 35% do total das despesas de capital, e cerca de 14% das despesas totais do ano, confirmando o reforço da sua importância no orçamento pelos motivos já mencionados anteriormente.

Dos restantes agrupamentos, as *transferências de capital*, os *ativos financeiros* e *outras despesas de capital* apresentam, em consonância com o referido anteriormente, um peso pouco significativo na estrutura, representando menos de 2% das despesas de capital. Estes agregados não registaram variações de assinalar em relação ao ano transato.

Q14. PESO DOS AGRUPAMENTOS DE DESPESAS DE CAPITAL				
Designação	Peso na Estrutura		Variação (17/18)	
	Capital	Total	Capital	Total
Aquisição de bens de capital	61%	25%	-8,37 p.p.	5,28 p.p.
Transferências de capital	2%	1%	0,70 p.p.	0,40 p.p.
Ativos financeiros	1%	0%	-1,37 p.p.	-0,28 p.p.
Passivos financeiros	35%	14%	9,01 p.p.	6,97 p.p.
Outras despesas de capital	1%	0%	0,03 p.p.	0,11 p.p.
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>41%</b>	<b>0,00 p.p.</b>	<b>12,48 p.p.</b>

Em termos históricos, tal como se referiu, o volume de despesas de capital em 2018 coloca este exercício entre os que registaram maior execução orçamental, sendo mesmo a mais elevada dos últimos 5 exercícios, conforme se confirma no gráfico seguinte. É importante referir também que, no exercício de 2018, houve uma notória aproximação entre os valores das dotações e os valores dos pagamentos, traduzindo uma taxa de execução mais elevada e evidenciando o empenho da gestão em conferir rigor e ponderação na execução financeira e orçamental do município.



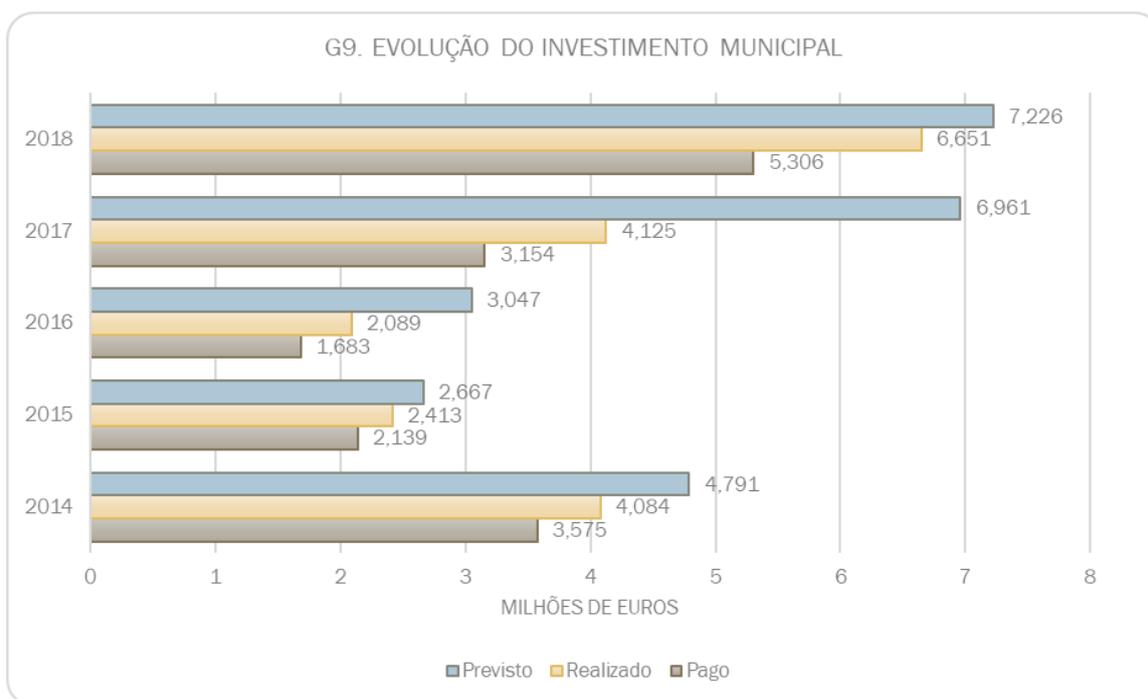
## 2.4. Execução das Grandes Opções do Plano

A análise às Grandes Opções do Plano permite avaliar, por áreas estratégicas definidas nos seus objetivos e programas a afetação dos recursos financeiros do município numa ótica plurianual. Esta análise incide sobre os mapas que o compõem: o Plano Plurianual de Investimentos, que reúne todas as despesas orçamentais associadas a investimentos, e o mapa das Atividades Mais Relevantes, onde constam despesas de outra natureza consideradas de especial relevância para a atividade municipal.

### **Plano Plurianual de Investimentos**

O montante canalizado para investimentos municipais atingiu, em 2018, os 5,306 milhões de euros, tendo crescido, em relação a 2017, cerca de 68%. Este aumento dos valores investidos resulta, sobretudo, da concentração da execução de alguns projetos de investimento com cofinanciamento comunitário no exercício em análise, tal como foi já referido, que exigiu uma concentração de recursos, grande parte deles de origem externa, às despesas que lhes estão associadas. Este desempenho positivo foi acompanhado por uma melhoria das taxas de execução deste tipo de despesa, que passou de cerca de 45% em 2017, para 73% no exercício de 2018, permanecendo, ainda assim, distante das taxas de execução obtidas em despesas de outra natureza, pelos motivos já amplamente referidos, associados à complexidade dos projetos e ao facto de alguns não terem sido executados em conformidade com os respetivos cronogramas.

Esta tendência é confirmada pela análise à evolução do investimento municipal nos últimos exercícios económicos. No gráfico abaixo, pode verificar-se uma quebra significativa no investimento nos anos de 2015 e 2016, coincidente com períodos de abrandamento na execução de projetos, principalmente, com cofinanciamento, confirmando-se em 2018 uma inversão dessa trajetória iniciada em 2017. Note-se ainda que, entre estes dois exercícios, apesar dos valores das previsões terem sido semelhantes, o valor dos pagamentos cresceu cerca de 68%, beneficiando, conforme já foi referido, de uma execução mais elevada e de um acompanhamento mais rigoroso dos valores orçamentados.



Direcionando a análise para a execução do PPI por objetivos e programas definidos para 2018, evidencia-se, desde logo, o peso do objetivo Valorização Territorial e Qualificação Urbana, que concentrou o maior volume de recursos financeiros alocados aos investimentos municipais (cerca de 84% do total), já que foram pagos mais de 4,437 milhões de euros. O elevado peso deste objetivo advém da sua composição, já que engloba vários programas de investimentos associados a infraestruturas em rede de elevada dimensão, como são exemplos, os sistemas de águas e saneamento e a rede viária, para os quais, são habitualmente canalizados montantes expressivos.

Dos programas englobados neste objetivo, destaca-se o Saneamento, que tem assumido, ao longo dos últimos anos, especial importância para o executivo municipal, pela relevância destas infraestruturas para a qualidade de vida das populações, procurando-se a consolidação da rede em todos os aglomerados populacionais do concelho e a igualdade na disponibilização de serviços públicos essenciais. Isso mesmo ficou evidente pelos valores do financiamento definido corrigido do ano em análise, na ordem dos 3,105 milhões de euros, dos quais foram realizados 3,055 milhões de euros e pagos cerca de 2,524 milhões de euros, que representam um acréscimo superior a 200% em relação aos pagamentos efetuados em 2017. Estes montantes foram aplicados em diversos projetos de ampliação e remodelação da rede de saneamento em diversas localidades, que incluíram em muitos dos casos a rede de abastecimento de água, destacando-se os projetos de Bordonhos, Serrazes, Fermontelos e Figueiredo de Alva e Carvalhais, e que concentraram um peso muito significativo na estrutura financeira.

No âmbito do mesmo objetivo, devem destacar-se ainda os valores destinados ao programa de Urbanização, não pelo número de projetos realizados, mas pela dimensão dos que aqui estão integrados, destacando-se o projeto de valorização e reabilitação das Termas Romanas e o Parque

Urbano das Nogueiras. Estes projetos envolveram mais de 989 mil euros de pagamentos, representando um aumento de 107%, em relação aos valores do exercício anterior, já que foi no exercício em análise que incidiu a execução financeira dos projetos mencionados. Contudo, face à complexidade destas medidas, registou-se um desvio entre os valores previstos, que totalizaram 1,314 milhões de euros, e os valores efetivamente pagos, resultando numa taxa de execução na ordem dos 75%.

Ainda no objetivo mencionado, merecem habitualmente relevo os programas de Rede Viária e Sinalização, já que, ao longo dos anos, reúnem sempre uma fatia importante do investimento municipal, devido à preponderância das vias de comunicação na mobilidade da população e no acesso a localidades mais distantes da sede de concelho, sendo importante que estas proporcionem aos seus utilizadores a segurança necessária nas suas deslocações. Em 2018, para este programa foram canalizados cerca de 896 mil euros, destinados à remodelação de inúmeras estradas e caminhos municipais em praticamente todas as freguesias, com especial enfoque nas ligações entre as freguesias e entre estas e as zonas mais urbanas, onde está localizado o maior número de serviços públicos e espaços comerciais. O montante investido neste grupo de projetos representa cerca de 19% do total do investimento municipal, registando uma variação de 8% em relação aos recursos financeiros alocados aos mesmos em 2017. A taxa de execução foi ligeiramente superior à média dos investimentos do ano, rondando os 79%, porque beneficiou de um planeamento apertado que impôs um ritmo de trabalhos de acordo com as metas estabelecidas para cada projeto.

Refira-se ainda que, no âmbito dos programas incluídos na Valorização Territorial e Qualificação Urbana, para a área de Ambiente, Espaços Verdes e Jardins, foram previstos alguns projetos plurianuais, com um financiamento superior a 160 mil euros, tendo sido iniciados dois deles na área dos espaços lúdicos e de lazer, que justificaram apenas 28 mil euros de pagamentos. Importa ainda mencionar que o programa de Abastecimento de Água englobou qualquer projeto com execução financeira, já que os trabalhos nestas redes foram, na sua maioria, incluídos em projetos de saneamento. Foram também desenvolvidos diversos trabalhos de manutenção destas redes através das equipas municipais de administração direta não incluídos no mapa em análise.

O programa Desporto e Tempos Livres, incluído no objetivo de Desenvolvimento Cultural e Desportivo, envolveu um montante de investimento com menor relevância no valor global investido, tendo sido realizados cerca de 249 mil euros, dos quais foram pagos pouco mais de 219 mil euros. O montante da despesa paga foi, neste caso, inferior à registada em 2017 para o mesmo objetivo, em cerca de 20%, devido, em grande medida, à finalização da execução financeira do projeto de construção do Pavilhão Multiusos de Santa Cruz da Trapa, já que os restantes projetos aqui associados, referentes a remodelações em outras instalações desportivas, envolveram montantes menores. Note-se que os projetos incluídos neste objetivo incluem uma componente financeira bastante relevante de natureza corrente, surgindo, por este motivo, no mapa de atividades mais relevantes analisado seguidamente.

Apesar de envolver também uma parte menor do investimento municipal, deve destacar-se ainda o objetivo de Promoção da Educação no âmbito do qual foram realizados cerca de 175 mil euros, que originaram pagamentos de 89 mil euros. Apesar do reduzido peso no investimento municipal (2%), a execução do exercício em análise foi superior em cerca de 32% em relação à do exercício transato, uma vez que foi iniciado o projeto de remodelação da escola do 1º ciclo do ensino básico de Vila Maior, que justificou a quase totalidade dos montantes aqui alocados. A taxa de execução, todavia, foi de apenas 50% dos valores previstos, já que se verificou um atraso na execução física do projeto de remodelação da infraestrutura escolar referida.

Para o programa de Turismo e Termalismo, incluído no objetivo de Dinamização da Economia Local e do Investimento, foram canalizados pouco mais de 70 mil euros, para desenvolvimento de projetos associados a novas tecnologias e a acessibilidades potenciadoras da procura turística. No âmbito do mesmo objetivo, foi prevista a iniciação de projetos na área da Agricultura e Indústria, dos quais se destaca o Parque Empresarial de Pindelo dos Milagres, porém, a sua execução financeira não teve impacto no ano em análise.

Por último, no âmbito do objetivo designado de Organização e Modernização Administrativa, de cariz mais genérico, foram realizados vários investimentos relacionados com a Administração Geral do município, associados ao funcionamento dos serviços de cariz mais instrumental ou relativos à aquisição de diversos materiais e equipamentos para áreas não identificadas com outros objetivos e programas. Assim, nestes projetos foram executadas e pagas despesas superiores a 491 mil euros, significativamente superiores aos recursos financeiros despendidos para este objetivo em 2017, representando 9% do total do investimento desta autarquia.

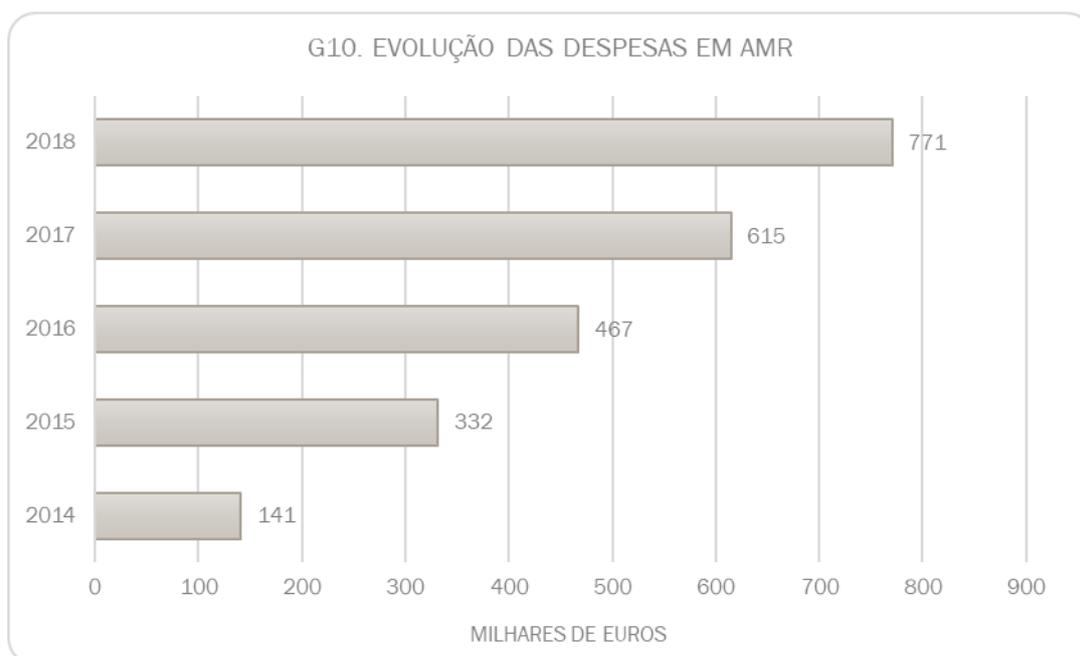
Q15. EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS POR OBJETIVOS E PROGRAMAS					
Designação	Fin. Definido	Realizado	Pago	Tx. Exec.	Var.17/18
<b>Promoção da Educação</b>	<b>175 751 €</b>	<b>174 500 €</b>	<b>88 727 €</b>	<b>50%</b>	<b>32%</b>
Ensino Pré-Escolar	3 097 €	2 367 €	2 367 €	76%	ind.
Ensino Básico	172 655 €	172 133 €	86 361 €	50%	28%
<b>Desenv. Cultural e Desportivo</b>	<b>250 448 €</b>	<b>249 298 €</b>	<b>219 301 €</b>	<b>88%</b>	<b>-20%</b>
Desportos e Tempos Livres	250 448 €	249 298 €	219 301 €	88%	-20%
<b>Valorização Ter. e Qualif. Urbana</b>	<b>5 711 876 €</b>	<b>5 431 897 €</b>	<b>4 437 070 €</b>	<b>78%</b>	<b>66%</b>
Urbanização	1 313 710 €	1 313 704 €	989 089 €	75%	107%
Saneamento	3 104 716 €	3 054 721 €	2 523 539 €	81%	245%
Abastecimento de Água	461 €	0 €	0 €	0%	-100%
Rede Viária e Sinalização	1 132 171 €	1 005 885 €	896 093 €	79%	-8%
Ambiente, Esp. Verdes e Jardins	160 818 €	57 587 €	28 349 €	18%	-93%
<b>Dinamiz. da Ec. Local e do Investim.</b>	<b>216 553 €</b>	<b>216 353 €</b>	<b>70 191 €</b>	<b>32%</b>	<b>0%</b>
Turismo e Termalismo	78 907 €	78 807 €	70 191 €	89%	0%
Agricultura e Indústria	137 646 €	137 546 €	0 €	0%	0%
<b>Organização e Modern. Administ.</b>	<b>871 521 €</b>	<b>578 611 €</b>	<b>491 090 €</b>	<b>56%</b>	<b>252%</b>
Modernização Administrativa	24 047 €	0 €	0 €	0%	0%
Qualificação das Inf. dos Serviços	100 €	0 €	0 €	0%	0%
Administração Geral	847 375 €	578 611 €	491 090 €	58%	252%
<b>Total</b>	<b>7 226 150 €</b>	<b>6 650 659 €</b>	<b>5 306 380 €</b>	<b>73%</b>	<b>68%</b>

### Atividades Mais Relevantes

O mapa das Atividades Mais Relevantes, como se afere pela própria designação, reúne as despesas associadas às atividades municipais de importância estratégica para a gestão municipal, constando, por este motivo, nas Grandes Opções do Plano e cumprindo as suas regras de organização e execução, que permitem uma maior informação sobre cada um dos projetos e ações, facilitando igualmente o controlo sobre o seu planeamento e sobre a sua realização.

Este tipo de despesas está, contudo, associado a projetos que envolvem menos recursos do que os que compõem o plano de investimentos. Em 2018, para estas atividades foram previstos cerca de 1,002 milhões de euros, dos quais foram realizados 837 mil euros e foram pagos 771 mil euros, resultando, assim, uma taxa de execução de 77%. Refira-se que, ao contrário da maioria dos projetos que compõem o PPI, os projetos deste mapa correspondem, na sua maioria, a despesas correntes ou a despesas de capital não consideradas investimentos, tendo características que facilitam a definição das suas dotações e a sua aproximação às necessidades concretas ao longo dos exercícios económicos.

Comparando os valores de 2018 com os obtidos em exercícios anteriores, constata-se que os montantes pagos a coberto dos projetos e ações incluídos neste mapa aumentaram cerca de 25% em relação a 2017 e atingiram o valor mais elevado dos últimos 5 exercícios. A trajetória crescente verificada desde 2014 veio inverter uma tendência de redução verificada nos anos anteriores, associada, não só à dimensão dos projetos e ações, mas também à estrutura do documento, que engloba uma parcela opcional da despesa orçamental total e distinta entre os vários exercícios, dependendo das estratégias definidas e da partilha da informação entre os serviços.



Pela análise dos objetivos e programas definidos neste documento, o objetivo de Desenvolvimento Cultural e Desportivo, tal como em anos anteriores, concentrou o maior volume de despesa, totalizando 563 mil euros, relativos essencialmente a projetos associados a inúmeras iniciativas culturais, traduzidas em festas e outros eventos distribuídos pelas freguesias, e a iniciativas de fomento ao desporto associadas à organização de iniciativas próprias ou ao apoio a associações e outras entidades que, nestas áreas, desenvolvem atividades associadas a atribuições e competências municipais ou de mérito reconhecido e de especial interesse o concelho. Em face da adesão crescente e da maior consciencialização para a importância destas iniciativas para o modo de vida da população, os montantes canalizados para esta área aumentaram, em relação a 2017, cerca de 19%. Tratando-se de projetos e ações que, muitas vezes, se repetem de ano para ano e são planeadas atempadamente, a utilização de recursos financeiros não sofre significativos desvios em relação às dotações definidas, apresentando assim uma taxa de execução em relação ao financiamento definido de 81%, já que as medidas previstas foram, em grande medida, executadas e as respetivas despesas pagas.

Dos restantes objetivos, refira-se que, na Valorização Territorial e Qualificação Urbana, foram incluídos diversos projetos e ações associadas a estudos e consultoria na área da engenharia, complementares a investimentos relevantes incluídos no PP nas áreas de Saneamento, Urbanização e Ambiente. Em conjunto estes programas justificaram mais de 95 mil euros, que corresponderam a cerca de 59% dos valores previstos corrigidos, verificando-se um desvio em algumas ações relacionadas também com projetos de investimento cuja execução sofreu atrasos ou adiamentos.

Os programas de Turismo e Termalismo e Agricultura e Indústria, englobados no objetivo de Dinamização da Economia Local e do Investimento, incluíram também várias ações relacionadas com estudos e projetos complementares a investimentos e diversas ações de promoção e divulgação do concelho, de pequena dimensão. No âmbito destes programas, foram previstos cerca de 76 mil euros, dos quais foram pagos 66 mil euros, atingindo-se uma taxa de execução de 86%.

Por último, para o objetivo de Coesão Social e Cidadania, foram canalizados perto de 48 mil euros, mais precisamente para medidas de apoio à natalidade, à ocupação da população sénior, de âmbito social escolar e habitacional, integrados nos respetivos programas. Os montantes registados no exercício em análise mantiveram-se em linha com os montantes registados no ano transato, atendendo à similitude das medidas executadas e à sua abrangência. Refira-se ainda que os programas e projetos que integram o objetivo de Promoção da Educação não registaram qualquer execução porque não se desenvolveram ações específicas desta área, mantendo-se algumas medidas que são complementares a ações desenvolvidos nos programas de cultura e de ação social.

Q16. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES POR OBJETIVOS E PROGRAMAS						
Designação	Financ. Definido	Realizado	Pago	Tx. Execução	Var. 17/18	
<b>Promoção da Educação</b>	<b>11 370 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	
Ensino Pré-Escolar	100 €	0 €	0 €	0%	0%	
Ensino Básico	200 €	0 €	0 €	0%	0%	
Ensino Secundário	11 070 €	0 €	0 €	0%	0%	
<b>Desenv. Cultural e Desportivo</b>	<b>694 104 €</b>	<b>609 190 €</b>	<b>562 666 €</b>	<b>81%</b>	<b>19%</b>	
Cultura	406 040 €	333 073 €	310 361 €	76%	6%	
Desportos e Tempos Livres	288 064 €	276 118 €	252 305 €	88%	40%	
<b>Coesão Social e Cidadania</b>	<b>59 670 €</b>	<b>57 330 €</b>	<b>47 577 €</b>	<b>80%</b>	<b>4%</b>	
Apoio Social à Habitação	1 794 €	1 694 €	1 694 €	94%	ind.	
Ação Social Escolar	9 822 €	9 822 €	9 660 €	98%	-30%	
Inicativas Sociais Diversas	48 054 €	45 813 €	36 223 €	75%	14%	
<b>Valorização Ter. e Qualif. Urbana</b>	<b>160 808 €</b>	<b>103 050 €</b>	<b>95 190 €</b>	<b>59%</b>	<b>8%</b>	
Urbanização	44 594 €	17 103 €	9 539 €	21%	175%	
Saneamento	45 842 €	43 985 €	43 985 €	96%	-48%	
Ambiente, Esp. Verdes e Jardins	70 372 €	41 962 €	41 667 €	59%	ind.	
<b>Dinam. Econ. Local e Investimento</b>	<b>76 459 €</b>	<b>67 615 €</b>	<b>65 674 €</b>	<b>86%</b>	<b>663%</b>	
Turismo e Termalismo	36 528 €	32 683 €	32 587 €	89%	473%	
Agricultura e Indústria	39 932 €	34 932 €	33 087 €	83%	1033%	
<b>Total</b>	<b>1 002 411 €</b>	<b>837 185 €</b>	<b>771 107 €</b>	<b>77%</b>	<b>25%</b>	

## 2.5. Indicadores Orçamentais

Em complemento à análise da execução da receita e despesa por natureza e capítulo ou agrupamento efetuada anteriormente, apresenta-se um conjunto de indicadores de natureza orçamental que permite uma avaliação sobre a importância de alguns agregados da estrutura orçamental para o município e uma comparação com a posição obtida em exercícios anteriores.

Q17. EVOLUÇÃO DOS RÁCIOS ORÇAMENTAIS						
Designação	Rácio	2014	2015	2016	2017	2018
Grau de Cobertura Global das Despesas	Receita total / Despesa total	100%	101%	101%	100%	100%
Grau de Cobertura Global das Despesas sem Recurso ao Crédito	(Receita total - Passivos financeiros) / Despesa total	96%	96%	96%	97%	88%
Peso dos Impostos nas Receitas	Impostos directos e indirectos / Receita total	12%	13%	13%	14%	12%
Peso dos Empréstimos nas Receitas	Passivos financeiros / Receita total	4%	4%	4%	3%	12%
Peso do Encargos de Longo Prazo nas Despesas	Serviço da Dívida LP / Despesa total	8%	8%	6%	4%	12%
Peso do Investimento nas Despesas	Investimento / Despesa total	22%	14%	12%	20%	25%
Grau de Cobertura de Bens de Capital pelas Transf. Capital	Transf. Capital / Aquisições de bens de capital	70%	44%	46%	73%	80%

Pela análise dos resultados apresentados, destacam-se as seguintes conclusões:

- O valor das receitas totais incluindo o saldo da gerência anterior foi ligeiramente superior ao montante das despesas totais, contribuindo para a melhoria, ainda que pouco expressiva, do saldo orçamental do exercício de 2018;
- O grau de cobertura das despesas pelas receitas sem recurso ao crédito diminuiu em relação ao registado nos exercícios anteriores, como consequência do impacto orçamental da contratação do empréstimo de médio/longo prazo, já que não teve qualquer impacto na dívida financeira, mantendo-se a estrutura orçamental pouco dependente de linhas de crédito externas.
- Apesar de ter aumentado o valor das receitas provenientes de impostos em 2018, o seu peso nas receitas totais diminuiu em relação aos exercícios anteriores, refletindo uma maior contribuição de outras receitas, designadamente externas, para o desempenho orçamental do exercício;
- Tal como já abordado, o peso dos passivos financeiros nas receitas aumentou substantivamente em relação aos exercícios anteriores, devido à contratação de novo empréstimo destinado a amortizar antecipadamente financiamentos já existentes mas com condições desfavoráveis;
- Em linha com o que se referiu relativamente ao indicador anterior, o peso dos encargos de longo prazo na estrutura da despesa aumentou em relação aos anos passados, devido ao efeito na estrutura orçamental da contratação de novo empréstimo que impôs a liquidação antecipada de linhas de crédito existentes de montantes consideráveis, contribuindo para o crescimento substancial dos valores pagos nestas rubricas;
- Na sequência do que já se referiu na análise à execução orçamental e ao PPI, o investimento municipal registou um crescimento significativo, em resultado da concentração da execução de diversos projetos relevantes no exercício em análise, determinando um aumento do seu peso no total das despesas orçamentais pagas.
- O grau de cobertura da aquisição de bens de capital por transferências da mesma natureza aumentou em 2018, pelos motivos referidos no ponto anterior, uma vez que os investimentos avultados executados no ano foram financiados por fundos externos nacionais e comunitários, cujo recebimento ocorreu ao ritmo dos pagamentos efetuados.

## 3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise económico-financeira sintetiza os resultados alcançados pelo município e a sua situação patrimonial e financeira reportada ao final do exercício. Nesta análise destaca-se o impacto da gestão municipal nos meios ao dispor da entidade, na sua saúde financeira e no seu património, dando especial relevo à análise dos resultados obtidos, mas não descurando, contudo, o objetivo principal da atividade municipal, que procura a maximização da eficiência na disponibilização de bens e serviços públicos, em detrimento da maximização dos resultados financeiros.

A análise às principais demonstrações financeiras é ainda complementada com a apresentação de indicadores de natureza patrimonial, devendo ter-se sempre presente que a sua análise tem que ser enquadrada no âmbito e na natureza da entidade em questão. Na sequência desta análise, é dado ainda destaque à evolução da dívida do município e à sua situação perante os limites legais de endividamento.

### 3.1. Análise do Balanço

O Balanço do município a 31/12/2018 evidencia um montante total de 55,179 milhões de euros, refletindo um aumento, em relação a 2017, de cerca de 4% como resultado de variações, algumas significativas, nas contas do Ativo, Passivo e Fundos Próprios.

Analisando as rubricas que compõem o Ativo (líquido) pode verificar-se que as contas do Imobilizado representam cerca de 90% do seu valor, já que incluem o registo patrimonial de todos os bens do município, com exceção dos que se destinam a venda ou a incorporação na produção de outros bens. O valor do Imobilizado registou um acréscimo face aos valores existentes nos registos de 2017, em resultado do efeito do aumento expressivo das imobilizações corpóreas, que foi suficiente para compensar o decréscimo registado nas restantes contas.

Das contas englobadas nesta componente do Ativo surge, com o destaque habitual, o valor dos *bens de domínio público*, onde estão registados e valorizados todos os bens públicos sobre os quais esta autarquia detém direitos de gestão ou administração, como é o caso das estradas, redes e cursos de águas, entre outros. Estas contas totalizaram 24,719 milhões de euros relativos, essencialmente, a outras construções e infraestruturas, verificando-se uma variação negativa de aproximadamente 3% em relação aos valores do ano anterior, devido ao elevado valor das amortizações e provisões e à redução do valor das imobilizações em curso.

Conforme já referido, as *imobilizações corpóreas* apresentaram um aumento bastante significativo em relação a 2017, na ordem dos 21%, situando-se o seu valor total líquido em 21,450 milhões de euros. Este é o segundo valor mais elevado de todas as rubricas do Ativo, com um peso de 39% no

seu montante global, uma vez que inclui os registos dos bens móveis e imóveis de caráter permanente pertencentes ao domínio privado municipal, que esta autarquia utiliza no exercício das suas atribuições e competências. O acréscimo verificado no exercício ficou a dever-se, em primeiro lugar, ao elevado valor das imobilizações em curso decorrentes dos investimentos relevantes que se encontram em execução, já suficientemente abordados na análise à execução orçamental, assim como, ao valor dos bens registados no ano decorrente do processo de inventário, destacando-se, no âmbito destes processos, o montante correspondente a terrenos e recursos naturais.

As contas associadas a *investimentos financeiros*, que registam as aplicações financeiras realizadas pelo município, apresentaram o valor total líquido de 3,199 milhões de euros. A redução registada em relação ao ano anterior, na ordem dos 4%, resulta do efeito da redução da participação no Fundo de Apoio Municipal, determinada legalmente, já que as restantes participações não sofreram variações de relevo. Refira-se, contudo, que relativamente à participação no capital da empresa local Termalstur, registou-se uma valorização decorrente do impacto dos resultados do exercício e de ajustamentos efetuados para refletir a equivalência nos capitais próprias dessa entidade. Todavia, não obstante as variações referidas, o peso dos investimentos financeiros no valor global do ativo manteve-se na ordem dos 7%. As rubricas de *imobilizações incorpóreas*, como vem sendo habitual, não apresentaram qualquer valor.

Como decorre da própria composição, as contas incluídas no Circulante apresentaram valores bastante mais reduzidos do que os que abordámos anteriormente, registando um valor global na ordem dos 2,744 milhões de euros. No ano em análise, este valor registou uma redução significativa, na ordem dos 17%, em resultado da variação expressiva verificada nas contas de *dívidas de terceiros de curto prazo* devido ao decréscimo dos saldos das contas de *outros devedores*, designadamente, das relacionadas com as contrapartidas da exploração termal, apesar dos restantes saldos registarem também valores mais reduzidos mas de menor relevância. Note-se, contudo, que o peso do Circulante no valor total do Ativo manteve-se próximo dos 5%.

Das restantes contas, registou-se uma redução nos valores de *existências*, na ordem dos 7%, decorrente da redução do valor dos bens integrados nos armazéns municipais para consumo no curto prazo, cujo valor rondava os 150 mil euros. Em sentido contrário, os saldos das *contas de depósitos em instituições financeiras e caixa* apresentaram valores superiores aos registados em 2017, em cerca de 37%, como consequência de saldos de tesouraria mais elevados no encerramento do exercício, resultantes, todavia, da normal atividade do município, não se podendo retirar destes valores quaisquer conclusões relevantes.

Ainda do lado do Ativo, as contas de *acréscimos e diferimentos* registaram também um aumento em relação aos valores de 2017, na ordem dos 6%, totalizando agora 2,602 milhões de euros. Este valor resulta, essencialmente, das contas de *acréscimos de proveitos*, onde são registadas as especializações dos montantes referentes a diversas receitas municipais, das quais se destacam os impostos a cobrar no ano seguinte. As contas de *custos diferidos*, onde se incluem os custos já

suportados, mas respeitantes a exercícios seguintes, registaram montantes muito menos relevantes, mas igualmente superiores aos verificados no exercício transato.

O Passivo atingiu, no final de 2018, o valor de 22,222 milhões de euros, registando um acréscimo de cerca de 9% em relação ao valor de 2017, na sequência da variação significativa dos saldos de algumas contas relevantes. Destas contas destacam-se, com uma contribuição significativa para o aumento dos valores, as rubricas que integram os *acréscimos e diferimentos*, cujos saldos cresceram cerca de 17%, assim como, as *dívidas a terceiros de curto prazo* que registaram também aumentos, na ordem dos 9%. Em sentido oposto, as restantes contas contribuíram para uma diminuição do valor do passivo.

Ainda relativamente às contas que integram as *dívidas a terceiros de curto prazo*, deve referir-se que foram os saldos de *fornecedores de imobilizado* que mais contribuíram para o aumento registado, pelos motivos já referidos relacionados com os investimentos avultados que se encontravam em curso no final do exercício. Também os saldos das contas que integram os *outros credores, fornecedores c/c e administração autárquica e Estado e outros entes públicos* registaram aumentos, ainda que menos expressivos mas confirmando que o nível de atividade do município gerou uma aumento global das obrigações de curto prazo, embora transitórias. No global, as *dívidas a terceiros de curto prazo* totalizaram 4,630 milhões de euros, representando cerca de 8% do total do balanço.

As contas de *dívidas a terceiros de médio e longo prazos* registaram uma diminuição importante, quer no que diz respeito às *dívidas a instituições de crédito*, devido ao cumprimento dos planos de amortização, quer no que se refere a *dívidas a fornecedores e outros credores* diferidas para exercícios seguintes. No final de 2018, estas contas registaram um montante de 1,961 milhões de euros, tendo diminuído cerca de 22% em relação aos saldos do ano transato, beneficiando de uma redução constante mas significativa das dívidas bancárias.

Ainda do lado do Passivo, deve realçar-se a variação das contas de *provisões para riscos e encargos* cujo valor diminuiu para cerca de 511 mil euros, devido à redução dos riscos associados a responsabilidades que o município poderá vir a assumir no âmbito dos processos judiciais, beneficiando, em parte, da conclusão de alguns dos processos que transitaram de anos anteriores. Nota ainda para as contas de *acréscimos e diferimentos*, que, como já se referiu, sofreram um aumento significativo no ano em análise, totalizando cerca de 15,121 milhões de euros. Estas contas apresentam, habitualmente, saldos bastante relevantes, associados, na sua maioria, a *proveitos diferidos*, cujo reconhecimento ocorre ao longo do período de vida dos investimentos financiados, e que em 2018 registaram um crescimento relevante de cerca de 27%. As contas de *acréscimos de custos*, também aqui incluídas, registaram, por seu lado, uma diminuição também expressiva na ordem dos 44%, apesar de envolverem valores muito menos relevantes associados a custos a reconhecer neste ano relativos a pagamentos ainda não concretizados.

As contas respeitantes a Fundos Próprios registaram valores muito próximos dos obtidos no ano anterior, totalizando 32,957 milhões de euros. A variação registada (de 1%) resultou, essencialmente,

da diminuição do valor negativo dos *resultados transitados* devido ao efeito dos ajustamentos efetuados a registos das participações sociais, e do aumento do valor do *património*, ainda que compensado pelo lançamento de ajustamentos de partes de capital, decorrentes do mesmo processo que influenciou os *resultados transitados*. As *reservas* mantiveram um valor idêntico ao registado no ano anterior uma vez que não houve reforço por aplicação de resultados em 2017. O *resultado líquido do exercício* apurado, no montante de -167 mil euros, registou uma variação de cerca de 68% em relação ao saldo do ano anterior, agravando a sua situação negativa.

Q18. BALANÇO RESUMIDO			
Designação	2018	2017	Var. 17/18
<b>ATIVO LÍQUIDO</b>			
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>49 833 411 €</b>	<b>47 135 604 €</b>	<b>6%</b>
Bens de domínio público	24 719 154 €	25 564 093 €	-3%
Imobilizações incorpóreas	0 €	0 €	0%
Imobilizações corpóreas	21 450 338 €	17 765 296 €	21%
Investimentos financeiros	3 663 919 €	3 806 216 €	-4%
<b>Circulante</b>	<b>2 743 962 €</b>	<b>3 290 966 €</b>	<b>-17%</b>
Existências	150 598 €	162 318 €	-7%
Dívidas de terceiros -c. prazo	1 915 824 €	2 634 450 €	-27%
Títulos negociáveis	0 €	0 €	0%
Depósitos em inst. financ. e caixa	677 540 €	494 198 €	37%
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>2 601 714 €</b>	<b>2 456 148 €</b>	<b>6%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>55 179 087 €</b>	<b>52 882 718 €</b>	<b>4%</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos próprios</b>	<b>32 957 130 €</b>	<b>32 540 205 €</b>	<b>1%</b>
Património	36 433 764 €	34 850 177 €	5%
Ajustamento de partes de capital	-1 394 371 €	0 €	
Reservas	899 314 €	895 424 €	0%
Resultados transitados	-2 814 858 €	-3 106 417 €	-9%
Resultado líquido do exercício	-166 720 €	-98 978 €	68%
<b>Passivo</b>	<b>22 221 957 €</b>	<b>20 342 513 €</b>	<b>9%</b>
Provisões para riscos e encargos	510 621 €	620 339 €	-18%
Dívidas a terceiros -m/longo prazo	1 960 828 €	2 513 600 €	-22%
Dívidas a terceiros -c. prazo	4 629 749 €	4 243 666 €	9%
Acréscimos e diferimentos	15 120 759 €	12 964 907 €	17%
<b>TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>55 179 087 €</b>	<b>52 882 718 €</b>	<b>4%</b>

## 3.2. Análise da Demonstração de Resultados

Pela análise às contas que compõem a Demonstração de Resultados do município, pode confirmar-se que o valor dos Custos e Perdas atingiu os 15,320 milhões de euros, representando uma diminuição de cerca de 2% em relação aos valores de 2017. As contas de Proveitos e Ganhos totalizaram 15,153 milhões de euros, registando também uma redução em proporção idêntica à registada nos custos e perdas. As variações registadas nas contas de custos e de proveitos justificaram a alteração dos resultados, com impacto no resultado do exercício, cujo valor final foi de -167 mil euros.

Numa análise mais pormenorizada aos valores relevantes das contas de custos, pode concluir-se que os Custos e Perdas Operacionais somaram 14,902 milhões de euros, registando um ligeiro decréscimo em relação aos valores alcançados em 2017. Apesar da variação muito reduzida, ocorreram alterações significativas nas diferentes contas que integram estes custos, com destaque, já habitual, dos valores relativos aos *custos com pessoal* que, no ano em análise, atingiram os 6,623 milhões de euros, tendo aumentado cerca de 3% em relação aos valores de 2017. Note-se que, à semelhança do que foi já referido na análise da execução orçamental relativamente a despesas da mesma natureza, os encargos com o pessoal estão associados a custos fixos e que registam ao longo dos anos variações em função das medidas impostas às remunerações ou a alterações na assunção dos diversos abonos ou de encargos sociais. No ano em análise destaca-se, nesta matéria, o impacto sobre as remunerações do aumento do salário mínimo e do descongelamento das carreiras da função pública, que vieram impor aumentos salariais relevantes, tendo crescido, em termos absolutos, 220 mil euros.

O montante relativo a *fornecimentos e serviços externos* destaca-se também, como é habitual, na estrutura de Custos e Perdas pela sua relevância, tendo atingido 3,870 milhões de euros, valor este superior em cerca de 17% em relação ao verificado em 2017. Refira-se que estas contas incluem todos os custos intermédios e de funcionamento corrente dos serviços, assim como, diversos custos complementares aos investimentos municipais, assumindo, por este motivo, uma importância acrescida. O aumento registado, que em termos absolutos rondou os 570 mil euros, resultou do aumento de custos associados a alguns encargos permanentes, com destaque para a energia elétrica, e de novos serviços contratados complementares à execução dos investimentos municipais. Neste sentido, o peso destas contas nas estruturas é elevado, representando cerca de 26% do conjunto dos Custos e Perdas Operacionais e de cerca de 25% do total de Custos e Perdas.

Das restantes contas que compõem os Custos e Perdas Operacionais, deve ainda salientar-se que o valor das *amortizações do exercício* aumentou também em relação ao verificado em 2017, totalizando 3,361 milhões de euros, em resultado de variações no valor das depreciações dos bens do ativo imobilizado decorrentes da atualização do inventário e da integração de novos bens. Pelos valores envolvidos, estas contas têm um peso relevante na estrutura de resultados, representando 23% dos Custos e Perdas Operacionais e 22% do total de Custos e Perdas.

No ano em análise as contas de *transferências e subsídios correntes concedidos* registaram uma diminuição bastante relevante, totalizando 742 mil euros, que representa um decréscimo de 47% em relação ao ano transato. Esta diferença dos saldos das contas aqui englobadas resulta, em grande medida, da inexistência de transferências destinadas à reposição do equilíbrio de resultados da empresa local Termalistur, conforme tinha acontecido em anos anteriores, já que em 2018 a empresa apresentou resultados positivos. As restantes transferências aqui englobadas, quer para as freguesias, quer para as instituições sem fins lucrativos e famílias apresentaram também algumas variações significativas que, no seu conjunto, resultaram numa diminuição global dos valores.

Os saldos das restantes contas de Custos e Perdas Operacionais foram bastante inferiores aos das contas já abordadas, registando variações pouco significativas para a estrutura de custos no exercício, podendo destacar-se, ainda assim, as contas de *provisões do exercício*, com um decréscimo de 65%, pelos motivos já referidos na análise do Balanço, associados à diminuição das provisões relativas a processos judiciais.

Os Custos e Perdas Financeiras atingiram um total de 58 mil euros, evidenciando um decréscimo de 35% em relação aos valores registados no exercício anterior, como consequência da diminuição dos juros pagos relativos a empréstimos em vigor, assim como à eliminação das provisões relativas à participação no capital da empresa Termalistur, devido aos resultados obtidos e à alteração do método de reconhecimento da desvalorização da participação de capital. No mesmo sentido, as contas de Custos e Perdas Extraordinárias registaram um decréscimo em idêntica proporção, totalizando agora cerca de 359 mil euros, relativos a transferências de capital concedidas a entidades terceiras no âmbito de parcerias estabelecidas, a multas e penalidades suportadas e a custos associados a diversas correções relativas a empreitadas e a registos de anos anteriores.

O desempenho das contas de Proveitos e Ganhos resulta, em grande medida, do comportamento dos Proveitos e Ganhos Operacionais, que têm um peso bastante superior aos dos restantes proveitos no total, tendo somado 14,125 milhões de euros, ou seja, menos cerca de 1% do que no ano transato. Das contas englobadas nos proveitos operacionais, destacam-se, evidentemente, as *transferências e subsídios obtidos*, que englobam as receitas provenientes do Orçamento de Estado, em especial, o Fundo de Equilíbrio Financeiro, a participação no IRS e o Fundo Social Municipal, entre outras transferências obtidas de entidades terceiras. Em 2018, atingiram o montante de 8,587 milhões de euros, sendo praticamente idêntico ao valor obtido em 2017. Deve referir-se que estas contas têm um peso determinante nas estruturas de resultados, já que representam 61% dos Proveitos e Ganhos Operacionais e cerca de 57% do total de Proveitos e Ganhos.

As contas de *impostos e taxas* registaram, neste ano, um significativo aumento em relação a 2017, atingindo os 2,813 milhões de euros, ou seja, mais 22% do que no ano anterior. Este desempenho positivo teve origem nos proveitos associados aos impostos municipais, bem como nos impostos indiretos e taxas cobradas pelo município, confirmando a importância destes tributos (principalmente

do IMI) como fonte de recursos do município. No ano em análise, estas contas representaram cerca de 20% dos Proveitos e Ganhos Operacionais e 19% da globalidade dos proveitos do exercício.

As contas de *vendas e prestações de serviços*, que vinham a demonstrar uma evolução com tendência de crescimento, registaram neste exercício uma ligeira redução dos valores, inferior a 1%. Após um período de vários exercícios em que estas contas beneficiaram da otimização dos processos de liquidação e cobrança de diversas taxas e preços e da atualização de valores, nomeadamente, do sistema de abastecimento de água, entre outros, verifica-se uma tendência de estagnação correspondente à consolidação e estabilização dos tarifários e dos processos de transição das freguesias, totalizando em 2018 cerca de 1,164 milhões de euros.

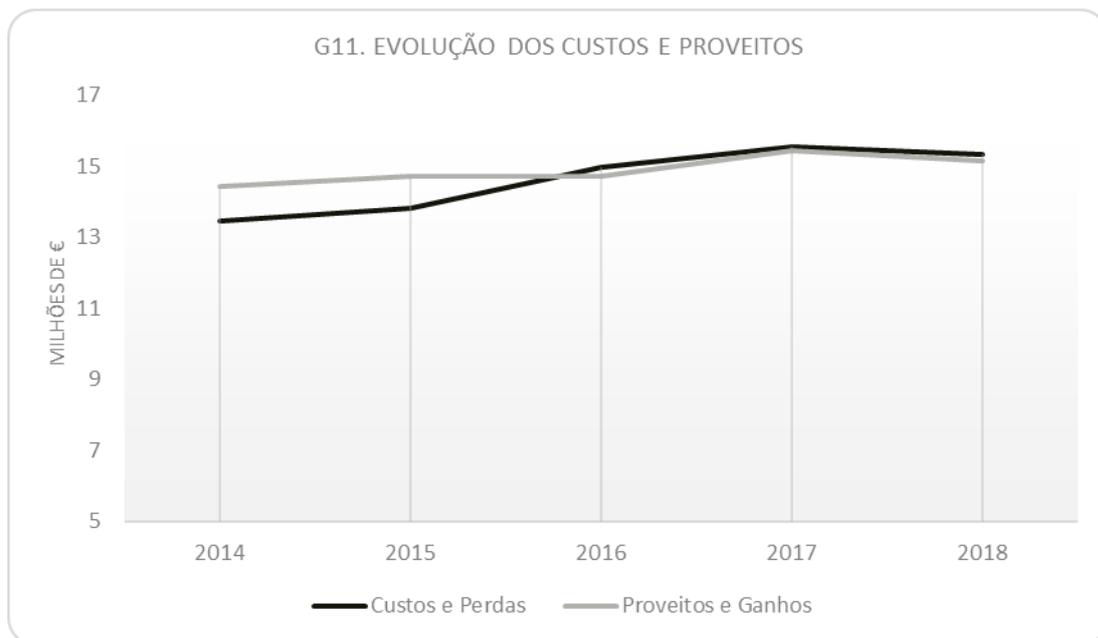
Por último, as contas de *outros proveitos e ganhos operacionais* registaram também um montante significativamente inferior ao valor do ano anterior, totalizando neste exercício cerca de 1,560 milhões de euros. A redução dos saldos provém sobretudo da diminuição das contrapartidas financeiras recebidas da empresa local Termalitur, mas também dos resultados da produção dos parques eólicos instalados no concelho, ainda que em muito menor proporção. Este grupo de contas continua a assumir, apesar da redução, um peso considerável na estrutura de proveitos municipais, já representa 11% dos Proveitos e Ganhos Operacionais e 10% do total de Proveitos e Ganhos do exercício.

Habitualmente com valores muito reduzidos, as contas de Proveitos e Ganhos Financeiros apresentaram uma variação bastante expressiva em termos proporcionais, apesar de registarem um valor de apenas 42 mil euros. Este aumento está relacionado com o reconhecimento de ganhos em entidades participadas, provenientes dos resultados obtidos pela empresa Termalitur, já que os juros de depósitos e outros rendimentos financeiros se mantiveram muito reduzidos. Os Proveitos e Ganhos Extraordinários registaram uma diminuição significativa em relação ao ano anterior, na ordem dos 21%, uma vez que em 2017 tinha sido registado o reembolso extraordinário de IVA no âmbito de um processo de recuperação deste imposto, que não ocorreu no exercício em análise. Por este motivo, os saldos que integram estas contas somaram 986 mil euros.

Apesar da análise financeira na ótica de resultados não assumir, nas entidades públicas, uma importância equivalente à do setor empresarial, face à sua natureza e objetivos, é importante referir que, no ano de 2018, se verificou uma deterioração dos resultados obtidos, uma vez que o *resultado líquido do exercício* foi de -167 mil euros. Conforme já se evidenciou ao longo da presente análise, este valor resulta de uma redução dos custos e também dos proveitos do exercício, embora em maior relevância nos proveitos obtidos, gerando o mencionado efeito negativo. Isso mesmo é evidenciado no agravamento dos resultados operacionais, apesar de não ser expressivo em termos absolutos.

Q19. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS RESUMIDA			
Designação	2018	2017	Var. 17/18
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
<b>Custos e perdas operacionais</b>	<b>14 902 182 €</b>	<b>14 918 802 €</b>	<b>0%</b>
CMVMC	92 444 €	106 394 €	-13%
Fornecimentos e serviços externos	3 870 301 €	3 299 283 €	17%
Custos com pessoal	6 622 979 €	6 402 678 €	3%
Transferências e subs. conced.	742 102 €	1 412 047 €	-47%
Amortizações do exercício	3 360 661 €	3 207 474 €	5%
Provisões do exercício	129 461 €	368 384 €	-65%
Outros custos e perdas operacionais	84 234 €	122 542 €	-31%
<b>Custos e perdas financeiras</b>	<b>58 449 €</b>	<b>89 406 €</b>	<b>-35%</b>
<b>Custos e perdas extraordinárias</b>	<b>359 419 €</b>	<b>550 053 €</b>	<b>-35%</b>
<b>TOTAL DE CUSTOS E PERDAS</b>	<b>15 320 050 €</b>	<b>15 558 262 €</b>	<b>-2%</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
<b>Proveitos e ganhos operacionais</b>	<b>14 124 969 €</b>	<b>14 203 852 €</b>	<b>-1%</b>
Vendas e prestações de serviços	1 164 243 €	1 175 607 €	-1%
Impostos e taxas	2 813 477 €	2 300 533 €	22%
Transferências e subsídios obtidos	8 587 579 €	8 580 077 €	0%
Outros proveitos e ganhos oper.	1 559 671 €	2 147 635 €	-27%
<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>	<b>41 939 €</b>	<b>1 466 €</b>	<b>2761%</b>
<b>Proveitos e ganhos extraordinários</b>	<b>986 422 €</b>	<b>1 253 966 €</b>	<b>-21%</b>
<b>TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS</b>	<b>15 153 330 €</b>	<b>15 459 284 €</b>	<b>-2%</b>
<b>RESULTADOS</b>			
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>-777 213 €</b>	<b>-714 950 €</b>	<b>9%</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-16 510 €</b>	<b>-87 941 €</b>	<b>-81%</b>
<b>Resultados Correntes</b>	<b>-793 722 €</b>	<b>-802 891 €</b>	<b>-1%</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-166 720 €</b>	<b>-98 978 €</b>	<b>68%</b>

Efetuada, por último, uma breve análise ao comportamento dos custos e dos proveitos ao longo dos últimos 5 exercícios, pode verificar-se, conforme gráfico abaixo, que após um período em que os valores dos proveitos se mantiveram superiores aos dos custos, ocorreu uma inversão das posições, e por isso, dos resultados, a partir de 2016. Fica também evidente, pelo distanciamento das linhas representativas, a diferença entre os custos e os proveitos tem sido muito reduzida, gerando resultados negativos pouco relevantes.



### 3.3. Indicadores Económico-Financeiros

Tendo presente que a utilização de indicadores na análise económica e financeira das autarquias não é, muitas das vezes, objetiva e resulta, inevitavelmente, da adaptação de rácios utilizados para o sector empresarial, cujo interesse e oportunidade se podem equacionar, apresenta-se, seguidamente, a análise dos resultados de alguns indicadores de base patrimonial, apurados por recurso aos dados do balanço e que permitem extrair algumas conclusões sobre a sua evolução ao longo dos últimos 5 exercícios.

Q20. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS						
Designação	Rácio	2014	2015	2016	2017	2018
Coefficiente de Solvabilidade	Fundos Próprios / Passivo	150%	173%	182%	160%	148%
Autonomia Financeira	Fundos Próprios / Ativo Total	60%	63%	65%	62%	60%
Liquidez Geral	Circulante / Passivo de Curto Prazo	31%	50%	86%	78%	59%
Grau de Dependência do Médio/Longo Prazo	Dívida M/L Prazo / Ativo Total	8%	7%	7%	5%	4%
Endividamento	Dívidas a terceiros / Fundos Próprios + Passivo	18%	14%	13%	13%	12%

Dos resultados dos indicadores, pode concluir-se o seguinte:

- O coeficiente de solvabilidade registou uma diminuição em relação ao ano anterior mantendo-se, porém, em valores bastante satisfatórios, o que significa que esta entidade continua com total capacidade para, através do seu património, satisfazer os compromissos assumidos, reduzindo a dependência de terceiros.
- A autonomia financeira também diminuiu em relação ao último ano, como consequência de um aumento do ativo mais relevante do que o aumento dos fundos próprios, demonstrando que a parte dos investimentos, das aplicações e dos recursos mais voláteis que são cobertos pelos fundos próprios foi reduzida, aumentando a eventual necessidade de recurso a capitais externos;
- Em linha com os restantes indicadores, o rácio de liquidez geral diminuiu igualmente em relação a 2017, revelando que uma parte menos representativa do passivo de curto prazo pode ser coberta pelos meios mais líquidos e disponíveis do ativo;
- O grau de dependência do médio/longo prazo foi reduzido no ano em análise, como vem acontecendo nos últimos exercícios, confirmando que a autarquia está menos dependente de financiamentos de médio/longo prazos para manter e melhorar os seus meios e o nível dos seus investimentos;
- O nível de endividamento manteve a tendência de diminuição progressiva, situando-se no nível mais baixo do horizonte de análise, e confirmando que o peso das dívidas a terceiros no total do passivo e fundos próprios é reduzido, não sendo relevante para a sua estrutura patrimonial.

### 3.4. Apuramento dos Custos por Função

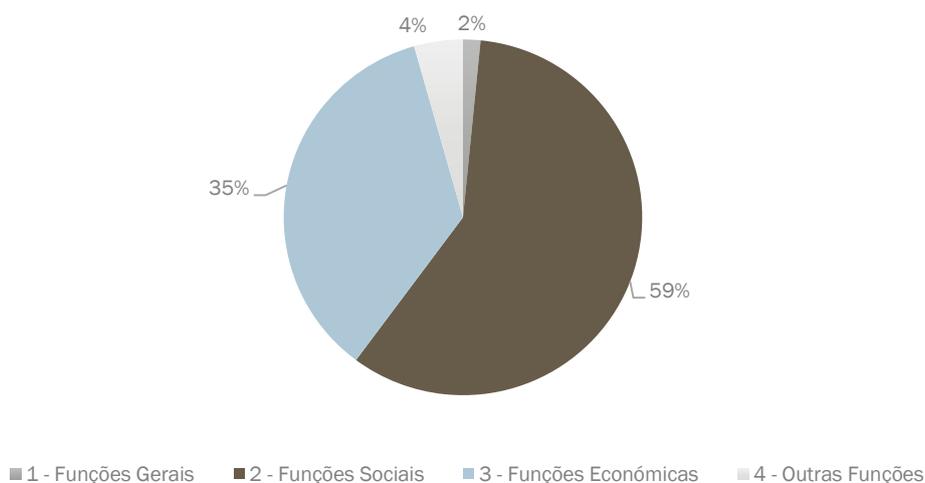
O sistema de Contabilidade de Custos preconizado pelo POCAL permite o apuramento de um conjunto relevante de informação financeira com base na determinação dos custos por função, por bem ou serviço, e também, por centro de responsabilidade. Este sistema baseia-se em informação recolhida nos diversos serviços municipais, assumindo uma significativa complexidade e exigindo uma adaptação constante às alterações introduzidas na sua matriz de funcionamento interno, porém, tem-se revelado um importante instrumento de gestão financeira porque permite o apuramento dos custos subjacentes à fixação de taxas e tarifas, e porque fornece dados importantes para a tomada de decisão nas entidades.

Com base neste sistema, são periodicamente obtidos e trabalhados os dados suficientes para elaboração dos mapas definidos no POCAL. A informação constante nestes mapas reveste-se de extrema relevância e utilidade para o processo interno de tomada de decisões relacionadas com os impactos e resultados da atividade municipal. Porém, para que esta informação possa complementar

a informação financeira disponibilizada pelos restantes mapas de prestação de contas, apresenta-se um quadro resumo com o apuramento dos custos por função, reportado à data de 31/12/2018:

Q21. CUSTOS POR FUNÇÃO						
Função	2018		2017		Var. 17/18	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
<b>1 - Funções Gerais</b>	<b>226 692 €</b>	<b>1,6%</b>	<b>249 774 €</b>	<b>1,6%</b>	<b>-23 082 €</b>	<b>-0,02 p.p.</b>
111 - Administração geral	71 923 €	0,5%	130 378 €	0,8%	-58 455 €	-0,34 p.p.
121 - Protecção civil e luta contra incêndios	154 769 €	1,1%	119 395 €	0,8%	35 373 €	0,31 p.p.
<b>2 - Funções Sociais</b>	<b>8 432 769 €</b>	<b>58,6%</b>	<b>9 474 451 €</b>	<b>60,7%</b>	<b>-1 041 682 €</b>	<b>-2,11 p.p.</b>
211 - Ensino não superior	667 220 €	4,6%	728 385 €	4,7%	-61 166 €	-0,03 p.p.
212 - Serviços auxiliares de ensino	1 470 524 €	10,2%	1 417 816 €	9,1%	52 708 €	1,14 p.p.
221 - Serviços individuais de saúde	191 827 €	1,3%	1 060 240 €	6,8%	-868 412 €	-5,46 p.p.
231 - Segurança social	4 384 €	0,0%	10 369 €	0,1%	-5 985 €	-0,04 p.p.
232 - Acção social	311 248 €	2,2%	389 239 €	2,5%	-77 991 €	-0,33 p.p.
241 - Habitação	105 483 €	0,7%	119 150 €	0,8%	-13 667 €	-0,03 p.p.
242 - Ordenamento do território	551 710 €	3,8%	605 347 €	3,9%	-53 637 €	-0,04 p.p.
243 - Saneamento	614 129 €	4,3%	567 396 €	3,6%	46 732 €	0,63 p.p.
244 - Abastecimento de água	918 779 €	6,4%	969 751 €	6,2%	-50 972 €	0,17 p.p.
245 - Resíduos sólidos	690 025 €	4,8%	656 287 €	4,2%	33 738 €	0,59 p.p.
246 - Protecção do meio ambiente	705 743 €	4,9%	719 944 €	4,6%	-14 201 €	0,29 p.p.
251 - Cultura	820 846 €	5,7%	870 874 €	5,6%	-50 028 €	0,13 p.p.
252 - Desporto, recreio e lazer	1 345 232 €	9,3%	1 312 568 €	8,4%	32 664 €	0,94 p.p.
253 - Outras actividades cívicas e religiosas	35 621 €	0,2%	47 084 €	0,3%	-11 464 €	-0,05 p.p.
<b>3 - Funções Económicas</b>	<b>5 096 563 €</b>	<b>35,4%</b>	<b>4 926 433 €</b>	<b>31,6%</b>	<b>170 130 €</b>	<b>3,86 p.p.</b>
310 - Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	218 603 €	1,5%	246 036 €	1,6%	-27 433 €	-0,06 p.p.
320 - Indústria e energia	1 097 468 €	7,6%	890 889 €	5,7%	206 579 €	1,92 p.p.
331 - Transportes rodoviários	3 549 072 €	24,7%	3 563 924 €	22,8%	-14 852 €	1,83 p.p.
341 - Mercados e feiras	39 944 €	0,3%	36 047 €	0,2%	3 897 €	0,05 p.p.
342 - Turismo	191 476 €	1,3%	189 536 €	1,2%	1 940 €	0,12 p.p.
<b>4 - Outras Funções</b>	<b>632 714 €</b>	<b>4,4%</b>	<b>957 532 €</b>	<b>6,1%</b>	<b>-324 818 €</b>	<b>-1,74 p.p.</b>
410 - Operações da dívida autárquica	50 976 €	0,4%	95 976 €	0,6%	-45 001 €	-0,26 p.p.
420 - Transferências entre administrações	168 693 €	1,2%	99 764 €	0,6%	68 929 €	0,53 p.p.
430 - Diversas não especificadas	413 046 €	2,9%	761 792 €	4,9%	-348 746 €	-2,01 p.p.
<b>TOTAIS</b>	<b>14 388 738 €</b>	<b>100,0%</b>	<b>15 608 189 €</b>	<b>100,0%</b>	<b>-1 219 451 €</b>	<b>0,00 p.p.</b>

G12. DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÃO



### 3.5. Evolução da Dívida Municipal

O recurso ao crédito por parte das administrações públicas é um importante instrumento financeiro que contribui para um nível de financiamento adequado ao desempenho das suas atribuições, sendo o endividamento público um mecanismo de equidade intergeracional, desde que usado na devida proporção e escalonado de acordo com os benefícios gerados pelo investimento que financia. Porém, tal como já se referiu ao longo do presente relatório, o cumprimento dos objetivos nacionais de consolidação financeira tem exigido uma solidariedade acrescida entre todos os níveis de governo no cumprimento dos objetivos orçamentais definidos para o sector público. Por este motivo, o enquadramento legal recente tem limitado significativamente a possibilidade de endividamento municipal, evitando um descontrolo sectorial do endividamento e permitindo que o Estado possua instrumentos que garantam a gestão de riscos, a disciplina fiscal e a estabilidade que são exigidos. A gestão financeira das autarquias tem espelhado estas limitações, tornando-se mais exigente e evitando a acumulação de desvios que ponham em causa o quadro existente.

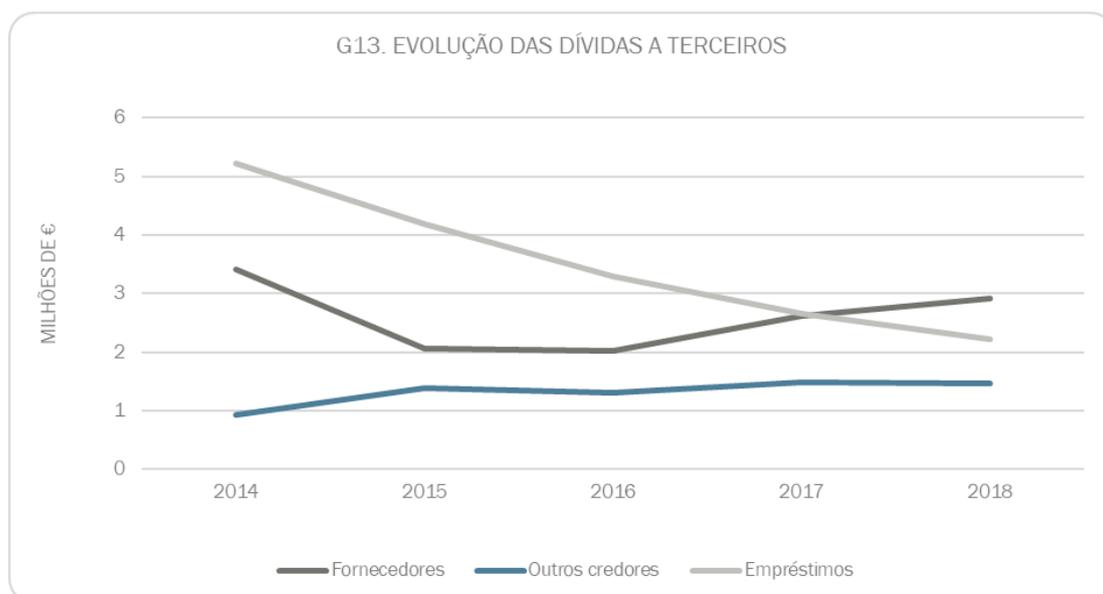
Foi neste contexto exigente e rigoroso que foi delineada a estratégia municipal ao longo dos últimos anos e definidos os respetivos objetivos políticos. Com o atual quadro legislativo em matéria financeira, tornou-se imperativa a opção por um nível de atividade compatível com o cumprimento das regras de controlo orçamental, sem pôr em causa o funcionamento corrente e os investimentos que permitem a disponibilização de meios e a prestação de serviços que são exigidos a entidades públicas de maior proximidade com as populações.

Neste sentido, o executivo municipal tem procurado manter o nível de atividade pública nas áreas mais importantes e, ao mesmo tempo, reduzir a dívida municipal, zelando por cumprir as obrigações legais e, paralelamente, eliminar os constrangimentos provocados pelo atraso de pagamentos aos

agentes económicos que desenvolvem relações comerciais com o município. Assim, no final de 2018 a dívida municipal totalizava 6,591 milhões de euros, inferior em cerca de 2% em relação ao valor registado no ano anterior. Este montante distribuiu-se em 4,630 milhões de euros de dívidas de curto prazo, que registaram um crescimento de cerca de 9% devido ao elevado valor dos investimentos em curso, e 1,961 milhões de euros de dívidas de médio e longo prazos, correspondentes a dívidas a liquidar em prazos superiores a 1 ano, na sua quase totalidade, relativas a empréstimos bancários e outros credores, para as quais se verificou um decréscimo de 22%.

Q22. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS					
Designação	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Dívidas de curto prazo</b>	<b>5 375 068 €</b>	<b>3 920 001 €</b>	<b>3 155 737 €</b>	<b>4 243 666 €</b>	<b>4 629 749 €</b>
Fornecedores	2 534 829 €	1 720 686 €	1 114 361 €	1 205 760 €	1 257 927 €
Fornecedores de imobilizado	868 950 €	344 435 €	543 479 €	1 361 655 €	1 648 503 €
Estado e outros entes públicos	62 090 €	59 646 €	58 771 €	149 033 €	150 530 €
Administração autárquica	61 136 €	5 500 €	0 €	63 100 €	96 937 €
Outros credores	799 147 €	811 147 €	794 279 €	964 423 €	1 071 504 €
Empréstimos CP	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Empréstimos MLP -Valor exigível a CP	1 048 916 €	978 586 €	644 847 €	499 696 €	404 348 €
<b>Dívidas de médio/longo prazo</b>	<b>4 182 696 €</b>	<b>3 714 663 €</b>	<b>3 453 560 €</b>	<b>2 513 600 €</b>	<b>1 960 828 €</b>
Empréstimos	4 182 696 €	3 203 508 €	2 651 370 €	2 151 638 €	1 821 899 €
Fornecedores e outros credores	0 €	511 155 €	802 190 €	361 962 €	138 929 €
<b>Total</b>	<b>9 557 765 €</b>	<b>7 634 664 €</b>	<b>6 609 297 €</b>	<b>6 757 267 €</b>	<b>6 590 577 €</b>

Na análise da evolução da dívida municipal, conforme se apresenta no gráfico seguinte, pode confirmar-se que as dívidas de empréstimos têm mantido a uma trajetória de redução regular nos últimos anos, em resultado do cumprimento dos planos de amortização dos financiamentos, enquanto que as dívidas a fornecedores registaram um aumento em linha com o que já se tinha verificado no exercício anterior, pelos motivos já referidos, associados ao elevado volume de investimentos em curso que gera, ainda que transitoriamente, variações significativas das dívidas de curto prazo. É, contudo, de salientar o ajustamento conseguido no período analisado (2014-2018), que permitiu uma redução do valor da dívida na ordem dos 31%.



### 3.6. Limites da Dívida Total

A Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, relativamente aos limites de endividamento municipal, dispõe, no seu art. 52.º, que a dívida total municipal inclui a dívida global de natureza orçamental de cada município, acrescida das dívidas da mesma natureza pertencentes a todas as entidades com as quais estes se relacionam de forma significativa. Neste sentido, as entidades relevantes para efeitos do limite da dívida total, conforme definido no art. 54.º do mencionado regime, incluem os serviços municipalizados, as entidades intermunicipais e associativas que o município integra, as empresas locais e participadas, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas, as cooperativas e fundações, e todas as restantes entidades nas quais os municípios exerçam alguma forma de controlo.

Neste contexto, importa descrever os conceitos subjacentes ao quadro legal referido, de modo a facilitar o enquadramento do município nas regras que lhes estão subjacentes. Assim, a Lei n.º 73/2013 estabelece, nos números 1 e 2 do artigo 52.º, o seguinte:

- A dívida total de operações orçamentais de cada município, incluindo a das entidades participadas (previstas no artigo 54.º), não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- A dívida total de operações orçamentais engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Está ainda definido no n.º 4 do mesmo artigo que:

- Sempre que um município não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido;
- Sempre que um município cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

De acordo com estes conceitos, e recorrendo a dados provisórios relativamente à contribuição de algumas entidades participadas, a situação do Município de S. Pedro do Sul face ao limite da dívida total no final do exercício de 2018, era a seguinte:

Q23. APURAMENTO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL (art. 52º RFALEI)	
Designação	2018
<b>Apuramento do Limite</b>	
Média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios	12 805 361 €
Limite da Dívida Total (1,5 vezes a média)	19 208 042 €
Limite da Dívida Total para 2017 resultante da margem utilizável (al. b) do n.º 3 artº 52)	9 081 459 €
<b>Apuramento da Dívida Total</b>	
Dívida Total de operações orçamentais do município*	5 896 437 €
Dívida das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total**	495 109 €
Dívida Total a 31/12/2018 excluindo operações extraorçamentais	6 391 546 €
<b>Situação a 31/12/2018</b>	
Margem absoluta	12 816 496 €
Margem em relação ao limite do ano	2 689 913 €

\*Não inclui dívida relativa à participação no FAM

\*\* Dados provisórios disponibilizados pelas entidades até 11/04/2019

De acordo com os dados apresentados, verifica-se que a dívida de operações orçamentais do município (difere da ótica do balanço referida no ponto anterior), em termos individuais, situa-se em cerca de 5,896 milhões de euros, à qual acresce a parte da dívida das entidades participadas que releva para o conceito da dívida total, no montante provisório de cerca de 495 mil euros. A dívida total municipal, numa ótica global, para os efeitos previstos no art. 52.º da Lei n.º 73/2013, é de 6,392 milhões de euros, ficando bastante abaixo do limite, estipulado em 19,208 milhões de euros.

Deve ainda referir-se que, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 3 do art. 52.º da Lei n.º 73/2013, as entidades que cumpram os limites da dívida total, conforme descrito acima, só podem aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios. Com base nesta norma, apurou-se um limite utilizável no ano de 2018, no valor de 9,081 milhões de euros, em relação ao qual, se obteve, ainda assim, uma margem de 2,690 milhões de euros.

## 4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2018, no valor de -166.719,56 euros, seja aplicado da seguinte forma:

- O valor seja transferido para a conta 59 – Resultados transitados;
- Não seja efetuado qualquer reforço do Património ou das Reservas.

## 5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício de 2018 não se registaram factos dignos de relevo.

## 6. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

### 6.1. Execução do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

Em 03/04/2018, por recurso a uma operação de substituição de dívida prevista no art. 81.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de fevereiro, foi liquidada antecipadamente a totalidade do capital em dívida do empréstimo contratado no âmbito PAEL. De acordo com o disposto no n.º 8 do art. 6.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, na redação conferida pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, a partir da data de liquidação do empréstimo em questão, cessaram todas as obrigações constantes no Plano de Ajustamento Financeiro, ficando encerrado o programa para o Município de S. Pedro do Sul.

### 6.2. Planos de Liquidação de Pagamentos em Atraso e Acordos de Pagamento

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, apresenta-se informação sobre o cumprimento dos Planos de Liquidação de Pagamentos em Atraso, assim como, dos Acordo de Pagamento em vigor:

#### 1. Planos de Liquidação de Pagamentos em Atraso a 31/12/2014:

Montante global do PLPA: 1.142.739,65 €

Montante liquidado/regularizado em exercícios anteriores: 1.142.739,65 €

Montante por liquidar a 31/12/2018: 0,00 €

#### 2. Acordos de Pagamento em vigor a 31/12/2018:

Q24. ACORDOS DE PAGAMENTO			
Entidade	Data Início	Data Fim	Valor em Dívida a 31/12/2018
Ass. Mun. Planalto Beirão	15/05/2016	15/04/2019	46 885 €
Ass. Mun. Planalto Beirão	15/02/2017	15/01/2019	7 247 €
IEFP	30/07/2014	30/03/2019	1 136 €

### 6.3. Declarações de Recebimentos em Atraso, Pagamentos em Atraso e Compromissos Plurianuais existentes a 31/12/2018

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, apresentam-se, nos mapas em anexo, as declarações de recebimentos em atraso, pagamentos em atraso e compromissos plurianuais existentes a 31/12/2018.

<p>Órgão Executivo</p> <p>Em .... de ..... de .....</p> <p>.....</p>
--

<p>Órgão Deliberativo</p> <p>Em .... de ..... de .....</p> <p>.....</p>
---

**DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2018**

(nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Abril, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março)

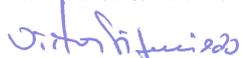
Vitor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal, declara, nos termos do n.º 1 do art. 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que os recebimentos em atraso do Município de S. Pedro do Sul existentes a 31 de Dezembro de 2018, são os que constam na seguinte lista:

(Declarados de forma agregada de acordo com o n.º 1 do art. 17.º do Decreto-Lei 127/2012)

ID	Ano da Dívida	Cl. Económica	Cliente/Devedor		Descrição	Valor	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento
			NIF	Nome			
Valores agregados	vários	várias	Diversos	Cientes/devedores diversos	Água, saneamento e RSU	32 763,80	Juros de mora
Valores agregados	vários	várias	Diversos	Cientes/devedores diversos	Publicidade, oc. domínio pub. e urbanismo	1 165,70	Juros de mora
Valores agregados	vários	040205	Diversos	Cientes/devedores diversos	Processos de contraordenação	140,00	Execução judicial
Valores agregados	vários	07020804	Diversos	Cientes/devedores diversos	Utilização de Inst. Desportivas	19 724,77	Juros de mora
Valores agregados	vários	070201	Diversos	Cientes/devedores diversos	Aluguer de espaços e equip. diversos	1 150,00	Juros de mora
Valores agregados	vários	07029999	Diversos	Cientes/devedores diversos	Universidade sénior	805,00	Juros de mora
Valores agregados	vários	07020804	Diversos	Cientes/devedores diversos	Programa Desporto Sem idade	52,50	Juros de mora
Valores agregados	vários	07020904	Diversos	Cientes/devedores diversos	Transportes de diversa natureza	25 411,63	Juros de mora
Valores agregados	vários	07020904	Diversos	Cientes/devedores diversos	Transportes escolares	5 806,39	Juros de mora
Valores agregados	vários	07029999	Diversos	Cientes/devedores diversos	Refeições escolares e prolongamento	2 244,47	Juros de mora
Valores agregados	vários	0401239999	Diversos	Cientes/devedores diversos	Licenças ocasionais	842,38	Juros de mora
Valores agregados	vários	várias	Diversos	Cientes/devedores diversos	Serviços Administrativos	33,57	Juros de mora
Valores agregados	vários	09040101	Diversos	Cientes/devedores diversos	Venda de bens de Investimento	600,00	Juros de mora
Valores agregados	vários	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Diversas	23 906,05	Juros de mora
002/0008483	2018	0702090302	600071162	Escola Secundária/3 de São Pedro do Sul	Transportes escolares	5 302,00	Juros de mora
002/0008485	2018	0702090302	600071162	Escola Secundária/3 de São Pedro do Sul	Transportes escolares	5 061,00	Juros de mora
002/0007252	2018	130199	510599540	Quadrantazimute, Lda.	Outras	5 599,68	Juros de mora
002/0004243	2016	040299	501145575	Montalvia Construtora, S.A.	Multas e penalidades diversas	19 373,16	Execução judicial
002/0004244	2016	040299	501145575	Montalvia Construtora, S.A.	Multas e penalidades diversas	18 194,01	Execução judicial
002/0005444	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	23 107,01	Juros de mora
002/0006315	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 738,43	Juros de mora
002/0006796	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 738,43	Juros de mora
002/0007649	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 738,43	Juros de mora
002/0010491	2017	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0010084	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 738,43	Juros de mora
002/0000504	2017	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0001349	2017	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0002013	2017	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0003223	2017	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0004137	2017	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0005186	2017	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0006675	2017	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0006909	2017	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0007432	2017	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0008241	2017	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0008982	2016	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 738,43	Juros de mora
002/0009511	2017	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/00020272	2018	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 940,57	Juros de mora
002/0001161	2018	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 940,57	Juros de mora
002/0002018	2018	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 940,57	Juros de mora
002/0000030	2018	05109903	506817997	Termalstur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	-40 488,40	Juros de mora
Valores agregados	2018	010299	Diversos	Cientes/devedores diversos	Contribuição autárquica	1 371,21	Juros de mora
Valores agregados	2018	010202	Diversos	Cientes/devedores diversos	Imposto municipal sobre Imóveis	294 451,23	Juros de mora
Valores agregados	2018	010204	Diversos	Cientes/devedores diversos	Imposto municipal transm. on. de imóveis	11 762,06	Juros de mora
Valores agregados	2018	010203	Diversos	Cientes/devedores diversos	Imposto único de circulação	51 515,34	Juros de mora
<b>Total</b>						<b>1 812 309,46</b>	

S. Pedro do Sul, 30 de janeiro de 2019

O Presidente da Câmara Municipal,

  
 Vitor Manuel de Almeida Figueiredo



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

**DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2018**

(nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Abril, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março)

Vitor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal, declara, nos termos do n.º 1 do art. 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que o Município de S. Pedro do Sul não tem pagamentos em atraso a 31 de Dezembro de 2018.

S. Pedro do Sul, 30 de janeiro de 2019

**O Presidente da Câmara Municipal,**

Vitor Manuel de Almeida Figueiredo



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES EM 31/12/2018**

(nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Abril, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março)

Vitor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal, declara, nos termos do n.º 1 do art. 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro de 2018, se encontram devidamente registados na aplicação informática de suporte à contabilidade e foram comunicados, através do sistema integrado de informação das autarquias locais, à Direção-Geral das Autarquias Locais, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2019	11 886 394,07
2020	1 002 154,25
2021	515 680,00
Seguintes	2 074 603,79

S. Pedro do Sul, 30 de janeiro de 2019

**O Presidente da Câmara Municipal,**

Vitor Manuel de Almeida Figueiredo